



ATA DA 198ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Aos 21/03/2018, sob a presidência do Senhor Secretário adjunto da Secretaria do Verde e Meio Ambiente, Dr. Ricardo Viegas, realizou-se a 198ª Reunião Plenária Ordinária do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - CADES, convocada com a seguinte Pauta:

Expediente:

1. Discussão e votação da Ata da 197ª Reunião Plenária Ordinária do CADES.
2. Posse das senhoras Bruna Gadelha Suyama e Isabel Cristina Rodrigues como Conselheiras Titular e Suplente, respectivamente representantes da Secretaria do Governo Municipal – SGM.
3. Informes.
4. Sugestões para inclusão na pauta desta reunião.

Ordem do dia:

1. Apresentação do “Plano de Gestão Ambiental do Sistema de Transporte da Cidade de São Paulo” pelo Conselheiro Delson Lapa, representante da Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes – SMT.
2. Apresentação do “Projeto Aprova Rápido - Decreto nº 58.028/2017” pela Senhora Tamires Carla de Oliveira, Diretora do DEPAVE-1.
3. Apresentação do Grupo de Trabalho de levantamento das multas da Inspeção Veicular, pelo Senhor Rodrigo Pimentel Pinto Ravena, Chefe de Gabinete da SVMA.
4. Sugestões para Pauta da próxima reunião e Assuntos Gerais.

Anexos:

- Ata da 197ª Reunião Plenária Ordinária do CADES.

Ricardo Viegas (Secretário Adjunto) - Bom dia a todas e todos. Primeiramente, eu gostaria de justificar a ausência do Secretário Eduardo, que foi convocado pelo Prefeito em virtude de algumas agendas. E nessa 198ª reunião, eu irei também conduzir e queria aqui também reforçar que hoje o Rodrigo Ravena, o nosso Chefe de Gabinete, também está participando desta reunião. Acho que os Senhores conhecem o Rodrigo. O Rodrigo já esteve conosco; já conduziu a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente da cidade de São Paulo. Então, é mais um colaborador para a nossa equipe. E, também, queria aqui apresentar aos Senhores o Devair Paulo de Andrade, que está assumindo aqui, a Coordenadoria Geral do CADES, em substituição ao Manuguerra. Uma orientação também do Secretário e aí nós aqui desejamos que o Devair conduza o CADES, coordene o trabalho do CADES, e desejamos boa sorte na sua condução. Eu declaro aberta a sessão. Eu vou passar a palavra ao Coordenador para apresentar a pauta.

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) - Bom dia a todos e a todas. Como já foi dito, meu nome é Devair Paulo de Andrade, o novo Diretor do Departamento de Participação, Fomento e Políticas Públicas - DPP. Nós vamos fazer na manhã de hoje uma inversão de pauta, do primeiro ponto do expediente, por não termos o quórum suficiente nesse momento. E gostaria também de alertar a todos teremos algumas regras mudadas, portanto, as manifestações serão feitas direcionadas ao microfone, para que a Ata ela possa ser transcrita da melhor maneira possível. Então, nós vamos ao segundo ponto do expediente da manhã de hoje, que é a posse das



Senhoras Bruna Gadelha Suyama, Isabel Cristina Rodrigues, como Conselheiras titulares e suplentes, respectivamente, representantes da Secretaria do Governo Municipal (SGM). A posse está acolhida. Considerem-se empossadas e sejam muito bem-vindas. As Senhoras querem fazer o uso da palavra nesse momento? Não? Então Ok.

Ricardo Viegas (Secretário Adjunto) - Sejam bem-vindas.

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) - Nosso terceiro ponto do expediente de hoje, a posse da Senhora Vivian Prado Fernandes, representante suplente do DEPLAN, e do Senhor Vitor Torcinelli Rodrigues, representante suplente do DECONT. As posses estão acolhidas e considerem-se empossados. Eles não se encontram no momento, devem estar a caminho, mas o rito ele segue nesse momento. Nosso quarto ponto de expediente são os nossos informes. Sobre o novo ordenamento do tempo da exposição e das falas dos Conselheiros durante as reuniões do CADES. O tempo de apresentação dos técnicos será vinte minutos. O tempo de fala de cada conselheiro, três minutos. Nós teremos um tempo de réplica de dois minutos. Quando solicitado a palavra para o suplente ou convidado, do conselheiro, será necessário a solicitação ao presidente da mesa, está Ok? Dando sequencia, nós temos um Comunicado a respeito das ONG's "O Secretário do Verde e do Meio Ambiente do Município de São Paulo, Presidente do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - CADES, usando das atribuições e competências que lhe são conferidas por lei, comunica: o prazo para o cadastramento de organizações não governamentais, as ONGs, fica prorrogado até o dia 18 de abril de 2018, visando a participação de seus representantes no CADES para o período de 2018 a 2020". Maiores informações é só nos procurar no DPP, na Secretaria. Lá, vocês terão todas as informações necessárias para as inscrições. Nosso quinto ponto do expediente de hoje: sugestões de pauta desta reunião e assuntos gerais. Nós teremos a Conselheira Sueli Rodrigues, que fará parte da palavra neste momento. Nós vamos incluir e logo após você fará uso da palavra, tá Ok, Sueli? O mandato dos Senhores Conselheiros está prorrogado para mais um mês, Ok? Alguém tem algum ponto de pauta para discutirmos mais à frente? Só a Sueli? Passamos agora ao primeiro ponto da Ordem do Dia: Apresentação do Plano de Gestão Ambiental do sistema de Transporte da Cidade de São Paulo pelo Conselheiro Delson Lapa, representante da Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes (SMT). O Senhor terá vinte minutos para a apresentação nesse momento.

Cons. Delson Lapa - Bom dia a todos. Eu tinha preparado a apresentação em dois tópicos. Um é o Plano de Gestão Ambiental do sistema de transporte da cidade de São Paulo e o outro é o Plano de Gestão de Risco. O Plano de Gestão de Risco depois eu vi que entraram outras apresentações, falei "ipa, eu acho que eu vou ter menos tempo". Então, eu tirei o Plano de Gestão de Risco e deixo para uma próxima oportunidade, mas só para dar uma pincelada por que que um Plano de Gestão de Risco? Esse é um tema que está sendo muito discutido atualmente por dois motivos: o primeiro, por conta do acidente de Mariana, onde, no final das contas, eles perceberam que eles não tinham um Plano de Gestão de Risco para a operação daquele sistema; e o segundo, uma recente lei de 2016, que é a 13.303, que todos estão chamando a Lei de Estatais, que determinam para nós de empresas estatais - a SPTrans, SPObras, dentro da Prefeitura de São Paulo são empresas que consideramos estatais -, devem atentar para esse Plano de Gestão de Risco. Lá na Gerência de Meio Ambiente da SPTrans, a gente está evoluindo com essa discussão, até para isso fazer parte de um processo de licenciamento ambiental, no sentido da gente olhar que uma LAP a gente faz um EIA-RIMA a grosso modo, tá, só para a gente dar uma equalizada nas informações -, numa LAP a gente faz um EIA-RIMA, numa LI, a gente faz um PBA, e numa LO, é uma série de coisas que talvez fiquem um pouco soltas. De repente, seria um Plano de Gestão de Risco da



operação daquele sistema. Bom, mas isso é, como eu disse, tema talvez para uma outra apresentação. Aqui hoje vamos falar só do Plano de Gestão Ambiental do Sistema de Transporte da Cidade de São Paulo, que nós começamos a dar uma luz maior para esse assunto principalmente por conta do novo edital, que está aí na praça. Estamos numa fase de responder aos questionamentos, as sugestões. Foram sete mil só. Imagina o que que nós ouvimos desde xingamentos até boas ideias. *Podemos passar?* Então quando a gente fala do sistema de transporte público na cidade de São Paulo, de ônibus - eu só estou falando de ônibus da SPTrans, não estou falando de trem de metrô e nem de MTU, nós estamos falando de números enormes. Nós estamos falando de uma frota de catorze mil veículos, mil e trezentas linhas, dezenove mil pontos de parada, cento e setenta e cinco mil viagens diárias, dois milhões e meio de quilômetros por dia percorridos, oito milhões e trezentos passageiros em dias úteis. Eu tenho um dado interessantíssimo. Aqui em São Paulo, a gente precisa fazer os cartazes das paradas de ônibus a cada seis meses. Algumas três, outras seis. A cada seis, três meses a gente troca isso. São dezenove mil impressões. Então, quer dizer: os números aqui sempre são multiplicados por muitos e nós transportamos por mês um Brasil inteiro nos ônibus de São Paulo; uma malha viária de quatro mil e trezentos quilômetros. Quatrocentos e trinta veículos fazem parte do programa Atende, com sessenta e seis mil credenciados: pessoas com mobilidade reduzida. Esses números mostram para a gente a enormidade disto. Lá na Gerência de Meio Ambiente, a gente não podia só discutir a questão de que está muito em pauta, que é o que está mais fazendo sucesso no momento, a emissão de gases do efeito estufa. Entretanto, nós lá na Gerência de Meio Ambiente achamos isso uma discussão muito rasa, porque não é só isso. Não é só a emissão de gases de efeito estufa que nós estamos falando. Nós estamos falando de uma prestação de serviço. A gestão ambiental da operação dos corredores, terminais e garagens, quer dizer, o sistema não é só ônibus. O sistema tem terminais, tem garagens - mais para frente eu vou falar mais de garagens e um pouco mais de terminais - e tem corredores. Além, evidentemente, da própria frota, que é aonde tem a emissão de gases de efeito estufa, mas numa quantidade muito menor e muito menos impactante do que se tem propagado. Então, isso deve servir as mesmas diretrizes da implantação e das atividades de construção desses equipamentos, ou seja, aqui mesmo no CADES, recentemente nós aprovamos um monte de LAPs de corredores e terminais de ônibus. Quer dizer: isso, infelizmente, aqui no CADES nós vamos só até a LAP, mas isso tem uma continuidade até lá a operação, por isso a importância de um Plano de Gestão Ambiental. Ele abrange uma série de recomendações gerais e específicas, que coletivamente servem como base para essa gestão ambiental, isto é, gerir de forma eficaz o controle, o monitoramento e a mitigação de possíveis impactos. Quando a gente começou a discutir o Plano de Gestão Ambiental do sistema de transporte da cidade de São Paulo, a gente começou a entender que não havia uma diretriz definida lá na operação, não havia muita clareza do que se deve, do que não se deve ser feito. Nós fizemos vistoria nas quarenta e três garagens, e dez pátios - nós fizemos vistorias em todas essas garagens e percebemos muitas ações positivas. Tem garagem, por exemplo, na Zona Leste que contrata uma empresa, essa empresa vem, recolhe o uniforme dos funcionários da oficina, que geralmente o uniforme é com muito óleo, enfim, levam esse uniforme, é lavado, o efluente é tratado etc. e trazem o uniforme novamente em saquinho plástico. Tem muita coisa interessante sendo feita. O que nós fizemos? Nós pegamos tudo isso, colocamos dentro de um critério, criamos diretrizes ou formatamos diretrizes que de algum modo já existiam e criamos o Plano de Gestão Ambiental, que controla e monitora. Nós não tínhamos esse monitoramento e precisávamos ter esse monitoramento. Hoje, uma das coisas que a gente tentou fazer, até para a concessão dos terminais, é ter dados. Nós não conseguíamos ter. Então, nós fomos buscar esses dados, porque a gente, dentro de um Plano de Gestão, inclusive nos dá



ferramenta para perceber o seguinte: de repente, na licença nós temos um programa que é inviável, é talvez desnecessário. Se nós estamos falando de equilíbrio, nós precisamos ver o que pode e o que não pode, o que é viável e o que é inviável. Então, esse Plano de Gestão está nos dando essa capacidade de monitoramento. *Pode passar.* Como eu disse anteriormente, com o Plano de Gestão Ambiental e com as diretrizes que nós lá na Gerência de Meio Ambiente estamos criando, nós estamos olhando para a água, para o solo, para o ar e para o socioambiental, evidentemente. Por que para todos esses elementos? Por exemplo, as garagens. A gente tem que ter um monitoramento grande nas garagens - é óleo para todo lado. O que tem de óleo naquelas garagens é uma coisa absurda, fora outros produtos. Esse óleo pode contaminar o solo e pode contaminar, evidentemente, o lençol freático. O ar, evidentemente, é a questão da emissão dos gases de efeito estufa. Insisto e aí só para fazer um parêntese. Eu acho que depois a gente pode até fazer também esse debate em outro momento. Se toda a frota da cidade de São Paulo passar a utilizar energia, numa conta maluca que a turma chega por aí, isso vai influenciar em sete por cento na qualidade do ar e trocar toda a frota da cidade de São Paulo - vejam bem, são catorze mil ônibus - trocar catorze mil ônibus significa alguns milhões, perto da casa do bilhão, porque hoje ainda o veículo a energia é o dobro do preço do veículo a diesel, ou seja, talvez dessa discussão - por isso que a gente tem chamado para uma discussão mais ampla -, ela pode ser até prejudicial, porque se você troca toda a frota e tem um retorno só de sete por cento, a grande vantagem é a gente trazer para o transporte público - e aí metrô, ônibus, trem etc. - o passageiro do carro. Então, se a gente investe em trocar a frota e não melhora as condições de operação do sistema no dia a dia, talvez não tenhamos um resultado tão positivo assim e, além disso, a gente estava conversando com algumas pessoas que já tentaram... Porque a turma gosta "ah, porque lá em Copenhague". A cidade de São Paulo transporta três Copenhague por dia. Então, não dá para comparar. Nós fizemos algumas conversas e numa delas um pessoal do Uruguai disse o seguinte: o pior entrave para nós aqui em Montevideu é o seguinte - para cada dez ônibus elétricos, a gente precisa ter quatro de backup. Imagina na cidade de São Paulo quatro ônibus lá paradinho, esperando a bateria desse acabar e ele entra para esse recarregar e a bateria de um ônibus não é assim tchuf, pronto, carregou. Não. Isso tem seis horas, sete horas. Vocês imaginam catorze mil ônibus. A gente divide por dez, a gente vai ter os grupos e multiplica por quatro. São quantos ônibus? Eu não fiz a conta. Eu acho que eu fiquei tão assustado que eu não fiz a conta. Imagina a gente ter todos esses ônibus de backup. Do meu ponto de vista, é inviável. O que que nós começamos a fazer? Junto com a Escola de Saúde Pública da Universidade de São Paulo exatamente esse estudo. O impacto do transporte público na cidade de São Paulo. Daí surgiu uma ideia; ele ainda é muito embrionário esse estudo, então eu só estou citando. Daí surgiu uma ideia de a gente fazer pequenos planos diretores, porque, de repente, dependendo da região, compensa, vale a pena, é viável ter uma frota a energia. Em outra região - porque também isso depende de topografia -, em outra região talvez não compense. Vamos ver. O avanço desse estudo vai nos mostrar. Como eu disse, são cinquenta e três - eu disse cinquenta e cinco, me perdoa -, quarenta e três garagens e dez pátios espalhados por toda a cidade. A garagem essa também foi uma formatação que nós demos agora - o que que é garagem, o que que é pátio? Garagem é aquele espaço completo, é onde tem oficina, onde tem abastecimento, onde tem tudo. Pátio é onde única e exclusivamente se estaciona ônibus. *Pode passar.* Então, assim, como eu disse a vocês, grosso modo dentro das histórias que nós fizemos, nós conseguimos mais ou menos levantar essas quantidades. Filtros usados e elementos filtrantes: são cento e oito toneladas de filtro de combustível. Lâmpada fluorescente queimada - imaginando que o vidro não é tão pesado assim - noventa e duas toneladas. Isso a gente retira dos cadres. Noventa e duas toneladas de vidrinho bem fininho por ano. Uma



garagem, esse número é mais concreto. Uma garagem tem, em média, trezentas e cinquenta lâmpadas por mês sendo recicladas. Uma. Nós temos cinquenta e três. Lodo de ETE, mil e quatrocentas toneladas; lona de freio, setecentos e vinte toneladas; óleo lubrificante usado, mil e quinhentas toneladas; peças de fibra de vidro e aí... Isso aqui é um item importante, porque isso aqui é justamente, isso aqui a gente tem feito um monitoramento muito severo da onde isso está sendo dispensado, porque isso aqui é aquela areia que fica nas caixas de contenção. Todas as garagens têm a caixa de contenção e as canaletas levando esse efluente para a caixa de contenção. Então, é uma areia totalmente contaminada com óleo, com tudo que vocês puderem imaginar. Então, somando os dois, nós temos aí quase oito mil toneladas por ano dessa areia sendo dispensada no meio ambiente, graças a Deus, de forma adequada. O Plano de Gestão Ambiental, como eu disse a vocês, ele dá uma olhada lá no processo de licenciamento e foca nesses programas. Um programa de manejo arbóreo adequado, por incrível que pareça, se a cidade de São Paulo tem seiscentas mil árvores - esse é o número no viário -, talvez cinquenta por cento dessas árvores estejam aonde passa um ônibus, quer dizer, e a gente tem uma enorme dificuldade com essa questão de manejo arbóreo. Ora por que nós não estamos estruturados para isso, ora por que nós encontramos algumas dificuldades e aqui nenhuma crítica, e sim uma constatação que nós podemos melhorar juntos. Encontramos dificuldades lá na Secretaria, enfim, talvez porque nós não tenhamos um plano, talvez porque nós não discutimos essa política, enfim, é uma coisa que nós precisamos focar. Recentemente, eu pedi uma autorização de corte, de poda, e tinha um corte para o Terminal Bandeiras, e ela não saiu e a árvore caiu. Graças a Deus foi à noite, não tinha ninguém no terminal, só arrebentou toda a cobertura. Enfim, é uma coisa que nós temos que olhar com muita atenção. Nós vivemos numa área urbana, numa metrópole com aqueles números - duzentos milhões de pessoas sendo transportados por mês - e nós temos que criar esse equilíbrio entre natureza e nós, que fazemos parte dela, conviver com ela. Esse é o que está mais bem encaminhado e monitorado. Um programa de gestão de áreas contaminadas. Quem nos fiscaliza é a CETESB. Estamos em constante conversa ultimamente com a CETESB também para dar um padrão nesse tipo de fiscalização, porque o que tem ocorrido é que às vezes as Agências da CETESB, Regionais fazem a fiscalização na garagem. Aí o que vale na garagem "A" não vale na garagem "B", porque são agências diferentes e nós entendemos que o sistema de transporte é único. Ele tem que ter um padrão de monitoramento e de fiscalização, se não a gente fica batendo cabeça e sempre vamos estar devendo alguma coisa. Programa de monitoramento da qualidade do ar. Eu conversei com a turma lá e nós não avançamos na conversa, mas por falha minha. Eu vou retomar a conversa para a gente criar essa parceria e trabalharmos juntos nisso aí. Acho que é legal. É um programa de monitoramento do solo. Isso já é feito. Todas as garagens que têm área com suspeita de contaminação tem monitoramento. O programa de monitoramento de águas subterrâneas casa com o monitoramento do solo e um programa de monitoramento dos níveis de ruídos e vibração. *Pode passar.* Nós criamos dentro do Plano e dentro desse programa de vistorias, nós temos dois aspectos: um é o próprio manual de infraestrutura de garagem. Tanto o Plano de Gestão Ambiental - pela primeira vez -, tanto o Plano de Gestão Ambiental do sistema quanto o manual de infraestrutura de garagem fazem parte do edital que está aí na praça. São anexos do edital. O manual já existia. Nós só fizemos uma revisão. O Plano de Gestão Ambiental não existia. Foi criado agora e nós estamos muito felizes com isso. Nós criamos duas situações de vistoria: uma vistoria para atender o manual. Isso é como a garagem deve ser instalada. Sobre o aspecto de operação, tem lá as dimensões que a garagem tem que ter devido à frota etc. e tal; sobre os aspectos de projeto, atendendo todas as leis e normas que devemos ter de acessibilidade, enfim; e sobre o aspecto ambiental, se os equipamentos que têm uma função ambiental, se estão bem instalados, adequadamente



instalados etc. e tal. Nós criamos uma situação de critério de avaliação que tem essas cores. Isso aqui ajuda muito, porque acontece. Quando a gente fala em vistoria, fala em gestão ambiental, a gente precisa ser claro, objetivo, mesmo, porque se não fica uma elucubração, uma coisa, que não vamos chegar a lugar nenhum. Então nós criamos cores. Cada cor dessa tem o seu significado: verde é atendido, amarelo, em atendimento e por aí vai, de tal forma que muito facilmente todo mundo na empresa ou todas as pessoas envolvidas - são várias áreas - ter muito claro o que a garagem tem, o que a garagem não tem. Ponto final. É isso o que importa. O resto é talvez algo a mais. Então, são os critérios de avaliação e lá no nosso relatório a gente tem, para cada uma das exigências - isso lá no manual de infraestrutura - a exigência tal. Ela está verde. Podia por uma exigência aqui, uma que não tivesse atendida, porque se não a gente só mostra o que não está atendido. Se não é atendido, está vermelho aqui. Aqui tem muito claramente o que o sujeito tem que fazer. Mais para frente um pouquinho eu vou mostrar um quadro de penalidades. Essa, eu acho, que foi outra grande revolução no edital que está na praça. Vocês vão ver lá qual que era a exigência e qual que era a penalidade. Então, assim, está claro o que que ele tem que ter? Está claro que se ele não tiver o que que ele tem que fazer? Está claro, pronto, acabou. A conversa está resolvida, vamos para frente. Eu vou mostrar mais para frente esse quadro que eu disse para vocês, por favor. E esse é o relatório que a gente faz com os critérios de avaliação olhando para a licença de operação na garagem. Uma é o manual de infraestrutura da SPTrans, que é feito em conjunto com a área de engenharia, projetos e meio ambiente. Estão sendo cobrados pelo Tribunal de Contas por que a gente não exige. Nos últimos relatórios que foi para o Tribunal de Contas eles aprovaram a nossa fórmula, os nossos critérios. Esse critério de avaliação é referente à licença de operação. Então, a gente vai lá em cada licença de operação, pega todas as exigências que têm e faz uma análise com esses critérios de avaliação. *Por favor.* E aí da mesma forma que lá no manual, a gente coloca - nesse caso a azul - a atual área destinada e aqui tem uma explicação. A azul é o quê? Em atendimento. Está lá escrito. Então, está em atendimento e depois no final a gente faz um gráfico. Das quarenta e duas exigências no manual, por exemplo, aquela garagem tem vinte e oito atendidas, duas em atendimento e isso também dá uma visão bem bacana para a gente poder focar aonde nós vamos trabalhar. *Pode passar por favor,* E aí o outro aspecto do sistema são os terminais. Os terminais nós estamos fazendo o mesmo trabalho que nós fizemos lá no edital de concessão das linhas, nós estamos fazendo no edital de concessão dos terminais. Criamos lá também um Plano de Gestão Ambiental para os terminais. A importância dos terminais - ainda que falte muito terminal na cidade de São Paulo - a importância dos terminais: quase cinquenta por cento daqueles oito milhões e trezentos mil passageiros por dia útil, quase cinquenta por cento desses passam pelos terminais da cidade, terminais de ônibus da SPTrans. Eu não estou falando de metrô. Com exceção destes dois terminais Jabaquara e São Mateus, que é MTU, os outros vinte e oito é da SPTrans. Então, são quatro milhões de pessoas passando todo santo dia nos terminais da SPTrans. *Por favor.* Aí também acho que o tempo está indo, a gente pode pular essa, porque isso também é uma conceituação. E aí lá no trabalho do Plano de Gestão Ambiental dos terminais... *Cinco minutos?* No Plano de Gestão Ambiental dos terminais nós criamos as diretrizes, que aí o concessionário tem que estar atento a estas diretrizes. O uso racional de energia. Dentro do edital, junto com a área de engenharia da SPTrans, nós estruturamos a Garagem Verde. Então, quem ganhar esse lote que tem a garagem verde - a garagem verde é no Tatuapé - deverá implantar placa de energia solar e vamos começar. É um projeto embrionário das garagens verdes. E o consumo de água, resíduos sólidos. Imagina, assim, pontos de coletas de quatro milhões de pessoas passando nos terminais e a gente ter pontos de coletas muito bem estruturados dentro desses terminais. Eu acho que um projeto bem bacana. Águas superficiais, emissões atmosféricas,



atenção ao público é o socioambiental, educação e informação ambiental. Numa cidade onde - também o número mágico - numa cidade onde a gente gasta dois bilhões com resíduos sólidos - coleta, varrição etc. - e talvez dois milhões com educação ambiental, utilizar essa estrutura dos terminais para a educação ambiental. Recentemente, nós fomos numa audiência - a Célia estava lá - e, assim, ouvi coisas ali bem escandalosas. As pessoas não têm noção do que é meio ambiente, do que é necessário para o meio ambiente. É só na hora de discutir. Aí vai lá, levantou a bandeira, faz um show, mas a discussão mais técnica, ela falta e talvez com a educação ambiental a gente consiga isso. Lá na Gerência de Meio Ambiente da SPTrans, sempre com a perspectiva do equilíbrio. É necessário ônibus, como é necessário a árvore. Nós temos que achar um equilíbrio para isso e é técnico, não é uma questão pessoal. *Por favor*. Então, nesse aspecto, a gestão ambiental torna-se um poderoso mecanismo de planejamento ambiental, que é onde a gente está querendo levar a nossa Gerência de Meio Ambiente, uma gerência de planejamento ambiental e territorial. Dentro da Secretaria de Transporte nós temos na SPTrans uma Gerência de Planejamento de Transporte, que faz a rede, se o ônibus sobe, se ele desce, vira, se bota dois, tira um. Essa é a Gerência de Planejamento. E, na CET, a Gerência de Planejamento do Viário e nós não temos uma Gerência de Planejamento Ambiental e Territorial. Muitas vezes a gente sofre; e aí eu dou toda razão para vocês da Secretaria, do DECONT, do DEPAVE. Muitas vezes chega a cada projeto porco lá que a gente tem que licenciar, então, nós, da Gerência de Meio Ambiente queremos trazer para dentro da SPTrans esse conceito do planejamento ambiental e territorial, que isso vai nos dar ferramentas para promover o equilíbrio - falei isso na apresentação o tempo inteiro - entre atividade econômica e meio ambiente. Se nós vivemos numa cidade tão grande, maluca, cheia de gente como essa, nós temos que buscar, de todas as formas, esse equilíbrio, proporcionando qualidade de vida à população. *Pois não?* Então, com a adequada implantação de sistema de gestão, a SPTrans fortalece a sua estrutura de gerenciamento e governança corporativa. Governança corporativa, a gestão de risco entra muito nisso. Eu vou atrasar um pouquinho só para falar: o nosso programa de gestão de riscos chama PAMI. É um Programa de Gestão de Riscos voltado para pessoas (P), ativos (A) da empresa. Nós temos que ter essa preocupação. Meio ambiente (M) e a imagem (I). Por mais que façamos lá na SPTrans, por mais que evoluímos no transporte público na cidade de São Paulo, a imagem do transporte público ainda é muito ruim. Outro dia, sentado no ônibus, uma moça falou assim "ai que saco esse motorista é um chato". Eu falei "por quê?" Porque ele para em tudo que é farol. Eu falei... (risos) Como é que faz, né? Pega o metrô, então. O transporte público sustentável é aquilo que eu disse para vocês lá no início, que nós olhamos para todos os elementos. Ele melhora a qualidade do ar. Isso é saúde pública, isso não é só mobilidade, é saúde pública. Com o monitoramento e controle de riscos da operação, ele melhora a segurança. Então, segurança, não é só mobilidade. O aumento de áreas verdes no entorno dos equipamentos públicos - isso de forma adequada - melhora o conforto ambiental. Isso tanto nos equipamentos públicos, incluindo corredores. E o controle da contaminação do solo e da água, que também é saúde pública. *Vamos lá?* O edital, hoje, porque o edital de 2004, se eu não me engano, ainda está em vigor, hoje, como é que é lá na tabela de penalidades se o operador não cumpriu as questões de contrato. Com relação ao meio ambiente, tem esta aqui. Tem a exigência de ISO 14000, que, em nossa opinião, não determina se ele vai ou não ser uma empresa sustentável, mas tem. E aí, fora a solicitação de ISO 14000, tem essa aqui: não zelar pela proteção ao meio ambiente no que lhe compete. Como é que vai punir um cara com um negócio desse? O que é não zelar pela proteção do meio ambiente no que lhe compete? Eu não sei, eu confesso que eu sei, pode ser tudo isso aqui e pode ser nada, enfim... Então, como passou a ser a nossa sugestão que foi incorporada, é isso aqui. Não apresentar no prazo estabelecido pela SPTrans o devido licenciamento ambiental e aí punição



não é o que nós queremos. Nós estamos fazendo um trabalho de aproximação com os operadores, de orientação, mas, no limite, se há uma punição, cento e cinquenta mil tarifas. Antigamente, cobrava quarenta e dois reais. Ah, não zelou, quarenta e dois reais. Quarenta e dois reais, uma empresa que transporta oito milhões de pessoas, ela não está nem aí com isso, essa é a verdade. Agora, cento e cinquenta mil tarifas/mês até o devido licenciamento, cento e cinquenta mil tarifas significa cento e cinquenta mil vezes quatro. A tarifa, hoje, quatro reais. Não atender às condicionantes ambientais estabelecidas na licença de operação, porque também não adianta ele tirar a licença e jogar na gaveta, acabou. Cinco mil tarifas. *Por favor*. Não informar à SPTrans quaisquer ocorrências ambientais que ocorram na operação das garagens e que envolvam órgãos ambientais, autoridades ambientais, Ministério Público e sociedade civil. Isso acontece muito. Às vezes a garagem está passando um perrengue, não nos comunica e nós somos os gerenciadores disso. Por isso essa penalidade. Efetuar o manejo arbóreo, quando necessário, na operação ou manutenção dos corredores, terminais e garagens sem a devida autorização de supressão de vegetação ou termo de compensação ambiental. Cento e cinquenta mil. Utilizar recursos hídricos através da captação direta; isso tudo é novo, viu, gente, isso não existe, é agora que está entrando. Utilizar recursos hídricos através da captação direta de águas superficiais ou subterrâneas na operação e manutenção dos corredores, terminais e garagens. Cento e cinquenta mil tarifas. *Por favor*. Não implantar no prazo a ser estabelecido pela SPTrans o programa de gerenciamento de resíduos sólidos para o sistema de transporte. Dez mil. Isso está, como eu disse para vocês, isso está muito bem encaminhado lá, por sorte. Dispor irregularmente os resíduos perigosos, cem mil. Era isso. Agradeço a todos a atenção e fico à disposição

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) - Agradecemos ao Delson pela apresentação, ele que representa a Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes (SMT). Quero abrir a palavra aos Senhores Conselheiros. Senhor Marcos Moliterno, Instituto de Engenharia. Tem três minutos para fazer as considerações.

Cons. Marcos Moliterno - Lapa, parabéns. Marcos Moliterno, Instituto de Engenharia. O Brasil é um país rico para danar, né? Porque todo esse esforço que você faz, você mobiliza um monte de gente e a CETESB também faz. Então, a gente devia, pelo menos enquanto o Governador e o Prefeito são do mesmo partido, conversar sobre isso daí. Você é um cara da maior competência, se esforça para burro, aí você vai tirar licença, chega lá na CETESB é aquilo que você passou. Eu conheço um pouquinho de garagem. Eu trabalhei com algumas nos consórcios da Zona Oeste, vai para Osasco e tal, e sei das dificuldades que vocês enfrentam e que eles enfrentam. Agora tirando toda essa parte de área contaminada, de água, tem um ponto que você passou batido e que eu venho batendo aqui desde a primeira vez que eu sentei no CADES, que é ruído. Ruído nós temos motores de ciclo diesel, que são pouco revestidos, talvez até porque um dos grandes operadores tem uma empresa de carroçaria. Talvez seja esse o motivo de não quererem revestir direito os motores. Nós temos um problema de pneu no nosso asfalto. Em cidade nenhuma do mundo - cidade desenvolvida que eu estou falando - você tem um nível de ruído de pneu no asfalto como nós temos aqui. Isso ninguém fala nada e, por fim, aquele maldito ar comprimido, que é mal conservado, que faz um barulho imenso. Eu vou te falar o seguinte: se a gente não tomar uma medida para conter o ruído em São Paulo, nós vamos ficar mais loucos do que nós já estamos. Eu fechei um escritório que eu tinha com o meu pai na Consolação porque ele ficava exatamente num ponto da Consolação e que o cara mudava de marcha. Ele mudava de marcha e você não conseguia mais trabalhar. Na Consolação, naquela época, tinha um ônibus atrás do outro. Isso é uma coisa que eu gostaria que você tomasse muita atenção no teu trabalho:



ruído e vibração, que está passando como uma coisa anexa, paralela, e a CETESB não cuida. Ninguém cuida e todos nós estamos ficando louco com isso. Mas parabéns pelo seu esforço e a hora que você precisar conversar sobre motocicleta, eu estou à disposição.

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) - Por favor, a Conselheira Célia Marcondes, com a palavra. Eu gostaria de pedir que quando fossem fazer uso da palavra, usasse o microfone e colocassem o nome e aonde representam. Obrigado.

Cons. Célia Marcondes - Bom dia a todos e todas. Sou Célia Marcondes, sou da ECÓLEO. Parabéns, Delson. E reforço as palavras do Marcos, porque é uma questão de saúde pública gravíssima o que está acontecendo: a surdez por conta desse barulho ensurdecador não só para o motorista que está ali, para quem está ocupando o veículo, mas em especial para quem está fora ouvindo esse ruído ensurdecador. Segundo, eu quero falar de biocombustíveis. Duas gestões atrás, nós tínhamos um trabalho já feito com o então Prefeito e o trabalho era coleta de resíduo de óleo comestível para fabricação de biodiesel para colocar no ônibus. Já se falava de B20. Nós temos até um acordo pronto já feito com a SPTrans, feito com o então Prefeito, e acabou não rolando, mas era um trabalho de educação ambiental para que todos os terminais recebessem o resíduo de óleo comestível, que esse óleo passasse por um processo de decantação, limpeza, tratamento e virasse biodiesel para se colocar nos ônibus. Esse projeto está prontíssimo e até já passou pelo jurídico. Acho que a gente pode reabrir isso, porque é um trabalho de educação ambiental impagável na prática. A gente já teria isso e é muito simples, está pronto. É fazer e a ECÓLEO se coloca à disposição para trazer de volta isso e para a gente cumprir, no mínimo, B10, que já é uma exigência da PETROBRAS. Obrigada.

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) - A Conselheira Mônica Hosaka, da SM Saúde. Por gentileza, mais uma vez eu peço que falem bem perto do microfone para que possa ser captado na transcrição. Obrigado.

Cons. Mônica Hosaka - Mônica, Secretaria Municipal de Saúde - Vigilância em Saúde Ambiental. Parabéns pelo trabalho e preocupação com o meio ambiente. Eu tenho uma dúvida a respeito do PAMI. Eu tinha algumas dúvidas, mas você falou que ativos da empresa, as pessoas, seriam os trabalhadores no caso também equipamentos. É, durante a sua apresentação eu visualizei alguns riscos de óleo; que você falou óleo espalhado pela garagem. Então, eu tive uma visualização de riscos relacionados ao trabalhador e também outra dúvida que eu tive aqui. No final, a penalidade, por exemplo, captação e uso da água subterrânea. Seria o uso dessa água no trabalho mesmo, de lavagem de ônibus? Existe essa possibilidade, então, de captação e uso dessa água subterrânea, porque eu visualizei óleo e a água. Essa é a dúvida que eu tinha. Obrigada.

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) - Com a palavra, agora, Patrícia Sepe, da Secretaria Municipal de Urbanismo. Nós vamos fechar mais um bloco com mais uma intervenção de mais um Conselheiro e aí você faz a intervenção nas respostas, tá Ok?

Cons. Patrícia Marra Sepe - Bom dia a todos. Delson, parabéns, também. Acho que é um avanço importante pensar de forma mais global, estratégica, num plano, e não ficar focando. Acho que a questão de contaminação do solo, a questão de efluentes está super coberto. Eu vou, não digo resgatar, mas ainda fico com algumas dúvidas, apesar desse assunto ter sido extensamente debatido. Mesmo a questão da poluição do ar e a opção que consta dos editais, a questão dos combustíveis. A gente vem num histórico na cidade de São Paulo super complicado. Eu estou na



Prefeitura há vinte e sete anos e eu lembro quando eu entrei na recém-criada Secretaria do Verde, existia uma lei da época do Werner Zulauf, que já estabelecia a substituição dos combustíveis. Isso lá em 1990. Depois, com a publicação da Política Municipal de Mudança do Clima, o artigo 50 estabelecia que, em 2018, nenhum ônibus da frota municipal deveria circular mais com óleo diesel. Não conseguimos atingir essa meta. Aí entra a lei - até fui procurar aqui - a 16.802, recém aprovada agora em 18 de janeiro, que revoga o artigo 50 da Lei de Mudanças do Clima e estabelece novos padrões, tipo, em dez anos, nós vamos ter que reduzir cinquenta por cento da emissão de CO₂, em vinte anos, cem por cento da emissão de CO₂. Em dez anos, noventa por cento de material particulado e, em vinte anos, noventa e cinco por cento do material particulado. Eu te pergunto: como é que a gente vai conseguir atingir essa meta ainda fazendo com que a matriz do ônibus seja basicamente com o diesel. Não tem como o material particulado, se você tem o diesel e a questão da redução de CO₂. Outra coisa: você citou Copenhague. Não faço crítica nenhuma, porque eu sei que a equação econômica é uma coisa difícil, ainda que tenha evoluído muito nos últimos anos a discussão de ônibus elétricos, trólebus, outras matrizes, tem uma discussão econômica difícil mesmo. A questão da bateria. Mas também vocês - dentro do Plano de Gestão - acho que tem uma discussão superimportante. Fico contente que vocês tenham feito esse convênio com a Faculdade de Saúde Pública, tem a questão da Faculdade de Medicina, com o professor Saldiva, que não estão sendo incorporados os custos indiretos. Quando eu digo qual que é o custo, na saúde, o impacto na saúde, anual de doenças respiratórias crônicas ou agudas vinculadas à poluição do ar? Então, era um pouco isso. Parabéns, sei que essa discussão foi árdua, mas como é um plano de gestão e o plano de gestão pensa a longo prazo, como é que nós vamos - porque não é uma tarefa só de vocês - atingir essa meta em dez ou vinte anos, porque a gente está cansado de fazer lei. Acho que a gente precisa ter mais responsabilidade quando estabelece metas. Às vezes, as metas são muito ousadas e a gente sabe que a Prefeitura não vai cumprir e acho que essas metas também são ousadas e gostaria que você ponderasse um pouco como é que a gente vai caminhar para atingi-las. Obrigada.

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) - Vamos ouvir agora as considerações do Delson, que representa a Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes (SMT). Nós vamos formar outro bloco de perguntas depois, para ele poder responder esse primeiro bloco, para não ficar muito extenso, e depois nós retornamos de novo à mesa, para que possam ser respondidas as próximas perguntas. E mais uma vez eu peço: bem perto do microfone para que se possa ser feita a transcrição da melhor maneira possível.

Cons. Delson Lapa - Delson Lapa. Eu não preciso responder na ordem não, né? Vocês não se importam? Então eu vou aonde é mais fácil, menos polêmico. (risos). Mônica, o trabalhador está no M do PAMI. É o meio ambiente. E a questão da água junto com óleo, essa é a realidade que nós temos lá e está bem equacionado mesmo. Evidentemente que a gente precisa de algumas evoluções, principalmente no que se refere às autorizações, outorga do DAEE. O Pedro Algodal já olhou para mim, né, Pedro? Essa é a nossa vida, mas isso está bem equacionado. Estamos precisando fazer mais um ajuste fino. Essa é a ideia. Com relação ao biodiesel, Célia, fico muito feliz por um lado e triste por outro. Eu não conheço o projeto. Eu sou sincero. Ótimo, te agradeço muito por isso. É o momento, acabei de falar que a gente está criando diretrizes para os terminais, são quatro milhões de pessoas todo dia passando nesses terminais, então eu acho que vem bem a calhar. Eu acho que podemos pensar nisso sim. Com relação a ruídos, Marcos, interessante. Aí fica essa questão, né? Patrícia, o que acontece é o seguinte: eu, numa discussão, a gente parte de um princípio de posicionamento. Nós temos discutido muito lá na Gerência de Meio Ambiente e prova disso é que a Gerência de Meio Ambiente não faz parte de uma comissão de



monitoramento da redução de efeitos de gases estufa. Quem faz parte é a engenharia. O que que acontece com essa discussão? E isso é extremamente polêmico. Eu acho que poderia ser pauta para um outro momento, mas aqui, muito grosso modo, quando a gente começa por um monte de *inputs* nessa conversa, a gente percebe que é o seguinte: uma das coisas que saíram na imprensa aí na época da discussão, liderada por alguns Vereadores, que o transporte público na cidade de São Paulo mata quatro mil pessoas por ano. É um absurdo isso. Eu discuti isso lá dentro da SPTrans porque que nós apanhamos e ficamos tão passivos. Eu não gosto de apanhar, com esse tamanho todo aqui (*risos*). Mas é isso o que está vigorando. A discussão está realmente, apesar de muita discussão, a discussão está muito rasa. Nós precisamos olhar para todos os lados dessa discussão. É o transporte público o grande vilão porque utiliza diesel hoje? A frota de ônibus da SPTrans tem média de cinco anos de vida, então, quer dizer... Não, então, inclusive, mas até que ponto? É isso que nós precisamos discutir melhor, isso que nós precisamos entender melhor. Exato, exato, e é o que nós estamos procurando agora fazer. Nós estamos correndo com isso para ampliar essa discussão. Exatamente, é esse o ponto, porque senão vira uma questão pessoal. Ah, eu acho que... Eu não tenho que achar nada. Eu, como gestor público, não tenho que achar nada, eu tenho que ser técnico. Não levanto nenhuma bandeira. Eu acho que eu levanto a bandeira da - apesar de eu não gostar dessa palavra, porque eu acho que ela acaba encaixando em tudo e vira bordão, não sei que - eu sou a favor da sustentabilidade, ainda que eu não goste da palavra. Para marketing é ótimo. Essa é a discussão. Aí nós discutimos a questão da emissão, mas não discutimos a questão de ver equipamentos, etc. para ruído. Eu não passei batido, eu acho que foi muito por cima, porque justamente eu confesso que eu estou dando uma tendência para essa discussão. Então, por isso que eu falei muito contaminação do solo, porque fala ar ou fala do solo. Tem também o solo, tem também o socioambiental, que é uma questão.... A minha apresentação inteira fala em qualidade de vida, sustentabilidade etc. e tal, então acho é uma discussão que nós temos que trazer. De repente, é melhor fazer tudo isso nas catorze mil ônibus, ainda que os ônibus da SPTrans - tem aí os ônibus da MTU - e vocês comparando, e que também tem uma quantidade enorme na cidade de São Paulo. Acho que nós devemos ampliar essa questão, mas sem, talvez, ativismo. É uma discussão que tem que ser muito técnica. Eu vou adorar.

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) - Com a palavra...

Cons. Patrícia Marra Sepe - E a meta, né?

Cons. Delson Lapa - E a meta.

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) - Com a palavra, a Conselheira Vivian Marques, da Secretaria Estadual de Meio Ambiente.

Cons. Vivian Marques - Bom dia a todos. Vivian, eu sou representante da SMA, mas meu órgão de origem é CETESB. Eu queria parabenizar o Delson. Adorei olhar, não conheço a fundo, mas algumas coisas me chamaram a atenção, por exemplo, aquela comparação que você fez: que nós gastamos dois bilhões com coleta de resíduo sólidos e dois milhões com educação ambiental. Aliado à ausência de educação ambiental, a gente tem a falta de comunicar o que a gente faz bem. Então, atrelar a isso a comunicação do que se está fazendo para o bem da cidade, é muito importante. Eu não vou entrar no mérito de que se a frota de ônibus é o vilão ou não, porque a CETESB também estuda muito esse quesito, mas eu queria fazer uma proposta aqui de que a gente pudesse, talvez, ter um embrionário de um terminal verde nas áreas de proteção dos mananciais, porque está na hora de a gente olhar para essas áreas com um outro critério e talvez



um projeto como esse - ambicioso - fosse o princípio de a gente, de fato, começar um embrionário da coleta seletiva e tudo o mais o que você falou. E, por fim, abrir um canal com você direto, para que a gente coloque o nosso Gerente de Departamento da região metropolitana e estabeleça um procedimento padrão para os problemas que você apontou nas garagens de ônibus. Porque em áreas de mananciais a gente também licencia os terminais, então, equacionar tudo isso, trabalhar compartilhado, vai ser a melhor forma. A nossa gestão é muito aberta lá dentro, o nosso Diretor está sempre disposto a conversar e eu me coloco à disposição também. Obrigada.

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) - Com a palavra, a Conselheira Cecília Pellegrini, representante da sociedade civil, Centro-Oeste 1.

Cons. Cecília Pellegrini - Bom dia, Cecília, Centro-Oeste 1. Eu só queria saber da Patrícia quando essas leis colocam essas metas, a meta é só para as frotas de ônibus ou são... Porque aí que está o erro, né, Patrícia. Eu acho que a gente não pode, eu acho que não é uma questão de colocar quem é o vilão, mas é uma questão... A gente sabe que a quantidade de carros que circula é tão maior que a quantidade de ônibus. Eu acho, Patrícia, que a gente tem... Acho que o Delson respondeu. Eu pedi a fala antes de ele ter respondido, mas eu já me sinto contemplada. Eu agradeço a oportunidade.

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) - Por favor, o Senhor Delson...Com a palavra neste minuto, os três minutos para réplica.

Cons. Delson Lapa - Às vezes eu costumo dizer que eu tenho prazo de validade aonde eu passo, porque eu insisto tanto com algumas questões que a gente acaba se desgastando, mas esse é o meu papel. Eu sou feliz com ele e tenho essa luta e aí algumas recompensas acontecem. Eu fico muito feliz, Vivian, com essa sua disposição, com essa sua proposta. Agradeço muito. Vamos, sim, evidentemente, conversar. Eu acho que temos muito que conversar. SPTrans com CETESB, eu fico agradecido. Bom, aí não teve outra pergunta. Só para completar: eu acho que, então, evoluindo o nosso trabalho junto com a Escola de Saúde Pública, eu acho que teremos mais dados. Mesmo lá na SPTrans nós temos lá um projeto que chama MOBILAB. Tem uma moçada lá no mezanino do prédio da SPTrans, que é uma moçada que entende para chuchu de computação. Os moleques fazem umas coisas que.. Eu não entendo. Eu, quando converso com eles, eu falo assim "aonde tem um curso dessa língua que você fala para eu fazer"? Porque eu não entendo bulhufas o que que os moleques falam, mas quando eles começam a mostrar uns gráficos, uns negócios, é um negócio bacana, e isso também está introduzindo, porque eles fazem um trabalho, aquele trabalho que SMUL está capitaneando aqui para o mapa de ruídos da cidade de São Paulo, não está avançando, ele não está avançando, mas lá na SPTrans nós estamos trabalhando junto com pessoal do MOBILAB. Então, quer dizer, a gente está fazendo barulho, nós estamos fazendo. Nós vamos cutucar, nós vamos avançar justamente para ter dados, que é o grande negócio do Plano de Gestão Ambiental. A gente precisa ter dados para poder falar o que que está certo, o que que está errado, o que que está bom, o que que não está bom.

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) - Com a palavra, o Senhor Presidente Luis Ricardo Viegas de Carvalho.

Ricardo Viegas (Secretário Adjunto) - Você vê que a voz dele é de locutor, né? Luis Ricardo, tal. Ricardo. Está caprichando, mas está bom. Eu vou encerrar essa etapa, mas eu queria fazer algumas considerações que são extremamente oportunas para essa discussão. Primeiro, eu queria



agradecer a sua apresentação. Ela foi brilhante em termos do tema para o momento e, em função de ausências, a SPTrans, sozinha, dentro de um Departamento, dentro de uma Gerência, criou uma dinâmica de fazer gestão ambiental. Então, isso já é um esforço que é louvável, mas, às vezes, o esforço único ele não move as montanhas e aí você tem a sensação de fazer um esforço e não tem resultado. É frustrante. Mas eu queria dizer que é muito positivo esse movimento que vocês estão fazendo internamente na empresa e, mais especificamente, na Gerência que você coordena. Então, eu acho que é um mais um aliado dentro de uma empresa que se discute muito engenharia, a gente sabe disso. Eu tenho pouco tempo de Prefeitura, mas já ouvi muito do pessoal da SPTrans, como qualquer empresa de engenharia, sempre tem... quer dizer, este conceito de sustentabilidade dentro das empresas operacionais é um conceito novo. O pessoal operacional, o engenheiro que trabalha com tráfego, com não sei que e tal, às vezes é difícil dele absorver esses conceitos, mas eu acho que, na prática, o tempo vai passando e as coisas vão acontecendo. Então, queria registrar isso e queria dizer que esse debate que o Conselho fez hoje, com várias contribuições, nos ajudam, nos fortalecem no caminho que nós estamos tomando, que nós estamos colocando como um ponto importante. É só para a gente registrar: a Lei 16.802 obriga a criação de um Comitê Gestor de acompanhamento de tudo isso e este Comitê Gestor faz parte a Secretaria dos Transportes e a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente. Então, eu queria dizer que nós vamos entrar nesse tema institucionalmente, que aliás vocês devem ter percebido que só a CETESB tem sido a interlocutora, junto com a SPTrans. A Secretaria não participa disso. Ela deve ser, sim, o nosso agente público do poder municipal para fazer toda essa articulação. Aliás, aproveitando a palavra da Vivian, da CETESB, nós estamos fazendo, sim, uma relação institucional da Secretaria com a CETESB para que a Secretaria, na gestão municipal, seja o nosso caminho e o nosso interlocutor e o nosso articulador com todas as Secretarias. Eu queria, primeiro, dizer que isso é uma lição de casa agora para a Secretaria. Foi criado o Comitê Gestor agora no dia 14 de março, uma portaria intersecretarial, e a gente vai dar sequência ao acompanhamento de tudo isso. O que você, por exemplo, com relação à questão das licenças de operação, as licenças das garagens e tal, a própria Secretaria precisa começar a participar dessa discussão, até para ver a renovação das licenças, porque na época que a CETESB fez o licenciamento dessas garagens, era, sim, a competência da CETESB, mas agora é nossa competência como poder municipal e aí vocês são os nossos parceiros para que a gente aplique a multa, porque se você for multar hoje, ele vai te reclamar, mas se for o poder municipal, a Secretaria e tal, o assunto muda de conversa. Eu acho que foi muito bom a gente discutir isso e foi bom para nortear um pouco as nossas ações como Secretaria. Eu queria dizer que o primeiro produto que a gente já tem concreto é a Portaria e que eu, particularmente, participo deste grupo, a Laura, que é a nossa técnica, que discute muito mudanças climáticas, e o grupo da Secretaria - parece que é o Secretário adjunto Irineu -, tem uma equipe da SPTrans. Aliás, eu, particularmente, vou colocar as suas observações para que a SPTrans tenha um pouco dessa visão que você nos colocou. Queria só fazer essas considerações e agradecer este momento, que foi muito enriquecedor. Obrigado.

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) - O uso da palavra, a Conselheira Patrícia. Dois minutos.

Cons. Patrícia Marra Sepe - Eu acho que me sinto contemplada pelas suas palavras, porque eu ia responder à Conselheira que, de forma alguma, a lei foi aprovada na Câmara. Só pontuei a minha preocupação em relação a atender metas e acho que a Portaria, oxalá, a gente tenha sucesso. Obrigada.



Ricardo Viegas (Secretário Adjunto) - Aliás, eu acho que a Secretaria Municipal, tanto a do Verde quanto a do Transporte, e eu já ouvi, inclusive, algumas manifestações do próprio Secretário do Transporte, que às vezes você precisa também reconhecer e estimular essa transformação, essa transição. E às vezes o poder público não está estimulando. A gente multa, a gente faz isso, mas quem faz direito a gente também não reconhece. E isso, para quem está cumprindo o prazo, está antecipando, está fazendo investimento. O poder público precisa reconhecer, e, esse reconhecimento tem várias formas. Para uma empresa que está fazendo práticas sustentáveis bacanas, você pode, inclusive, premiar ele, prorrogar um pouco a licença, enfim, você tem várias formas de estimular, certificar. Por isso que o Comitê ele será, nesse momento, muito importante. Aliás, eu acho que o intuito das duas Secretarias é, de fato, para que a lei não fique na gaveta e a lei seja acompanhada de fato. Obrigado.

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) - Mais alguma consideração? Passamos agora para o segundo ponto da ordem do dia: a apresentação do projeto Aprova Rápido, Decreto nº 58.028/2017, pela Senhora Tamires Carla de Oliveira, Diretora de DEPAVE 1.

Tamires Carla de Oliveira - Bom dia, eu sou a Tamires, sou Diretora do DEPAVE 1, da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente. Vou apresentar para vocês o que que é o projeto do Aprova rápido, como que a Secretaria do Verde foi inserida nele. Essas apresentações que vou passar aqui elas foram apresentadas para os técnicos. Então, na fala eu vou fazer uma adaptação aqui para vocês. Só para a gente entender, o Aprova Rápido, que foi instituído no final do ano passado, ele já era uma previsão dentro das metas, já havia a previsão dele dentro da meta de 2017/2020, dentro da meta 36, que pretende reduzir o tempo médio do licenciamento, os alvarás de aprovação e execução de construções novas, de quinhentos e trinta e dois para duzentos e dez dias. Essa meta tem um projeto, que é o 51, que a Licença Rápido, que é onde se insere o Aprova Rápido, e dentro dessa linha de ação 51.2, que é essa revisão de aprimoramento dos processos, dos procedimentos, nas Secretarias como um todo para que a gente tenha mais eficiência nos licenciamentos municipais. Nessa estruturação - vou contar um pouco para vocês como foi essa construção do Aprova Rápido - foi elencado quatro eixos que precisariam ser trabalhados para que esse Aprova Rápido ele funcionasse. Primeiro, a legislação; o segundo são sistemas de informação, de processo, como que isso ia acontecer, porque a gente tem tudo físico. A proposta do Aprova Rápido é que seja tudo digital para agilizar todo o procedimento. A questão da governança disso, para poder de todo monitoramento e o acompanhamento da Prefeitura como um todo desse processo, para garantir a eficiência dele. E a questão de recursos humanos, que todo mundo sabe que é uma deficiência da Prefeitura e que já está sendo visto. Da legislação, a primeira coisa é fazer um levantamento da legislação e iniciar uma revisão da legislação como um todo, que abarque todas as Secretarias. Isso ainda está em andamento. Para instituir o Aprova Rápido, foi publicado um Decreto no final do ano passado, que ele instituiu o Aprova Rápido e o GRAPROEM. Só para você saberem, não é uma novidade. Isso é um procedimento que ele acontece já acontece no Governo do Estado, que é o GRAPROHAB, que qual é a intenção disso? Ter um balcão único de entrada de processos de licenciamento. Ao invés do interessado protocolar um processo na Secretaria do Verde, um na Obra, um na SMUL e depois ficar caçando todos os alvarás, as licenças dele, para depois conseguir um alvará de execução e aprovação, a intenção é que tudo entre por um único lugar, que, no caso aqui do Aprova Rápido, a entrada vai ser pela SMUL, a SMUL vai distribuir todos esses processos, vai ter uma data certa - que depois eu vou apresentar para vocês os prazos -, uma data definida de quando a pessoa vai ter a análise do processo dela concluída, um Comunique-se único, ou seja, não tem um monte de Comunique-se, é um só, que vai ser dado por todas as Secretarias de uma só vez para poder ter o



atendimento do interessado e conseguir a licença mais rápida e com maior eficiência. Agora, no mês passado, também foi alterado alguns artigos do Decreto 50.028, porque ele foi com algumas falhas, que a Vivian, da CETESB, estava lá, a gente teve que fazer alguns ajustes, então foi feita essa revisão. Foi publicada também uma instrução normativa de SMUL, que essa instrução normativa ela estabelece toda a documentação que ela tem que ser entregue pelo interessado para ele poder entrar no Aprova Rápido; porque tem uma série de pré-requisitos. O Aprova Rápido ele inicialmente, essa primeira etapa dele, é só para edificações novas. Então, tem uma série de documentações que estão dentro dessa instrução normativa, que fala o que tem que colocar, o que não tem. Se não atender, não entra no Aprova Rápido, vai pela via ordinária. E a Portaria 411, que compõe o GRAPROEM, que é esse grupo de análise integrada. Dos processos, sistemas e infraestrutura, que é esse segundo eixo, foi feito um levantamento dos métodos. Como que essas coisas estavam acontecendo dentro da Prefeitura, porque cada Secretaria tinha uma forma de cumprir as coisas, então foi feito um levantamento disso tudo para tentar padronizar o máximo isso por uma questão de organização e para tornar isso eficiente. Balcão único, que eu expliquei para vocês. E também até o final do ano, pretende-se ter um sistema eletrônico do licenciamento, porque a gente vai começar a trabalhar com SEI e o SEI nada mais é que um processo digitalizado. Ele é um processo físico digital. O Sistema Eletrônico, não. Ele quer realmente gerar dados, para a gente de todo o controle, então pretende-se, até o final do ano, ter um produto disso, que o levantamento ele é bastante intenso, por isso é uma coisa a longo prazo. *Pode passar.* Na questão da governança, são seis Secretarias envolvidas, então a gente tem Urbanismo e Licenciamento, Verde e Meio Ambiente, Obras, Habitação, Cultura e Transporte, junto com a CET. A coordenação disso é da SMUL, a coordenação de tudo é da SMUL. Foram estabelecidos pontos focais para cada Secretaria. No caso da Secretaria do Verde, eu sou ponto focal. Existe um Comitê Gestor do Aprova Rápido, que ele é composto pelos Secretários das pastas envolvidas, que é para acompanhamento e monitoramento de todo o projeto Aprova Rápido como um todo. E o GRAPROEM, que é o Grupo Intersecretarial de Análise de Projetos Específicos, que tem, no caso na Secretaria do Verde, esses são os dois representantes que estarão em todas as reuniões do GRAPROEM. A questão de pessoal, a gente já tem a Secretaria de Gestão está bastante alinhada com o projeto e já está dando andamento para contratação de novos servidores para o atendimento do projeto como um todo. Agora eu vou colocar um outro *slide* aqui. Esse é um *slide* que a gente apresentou para o treinamento do Aprova Rápido, então tem algumas coisas que acho que não caberiam aqui, mas eu vou tentar ser bastante sucinta. Teve uma empresa também de consultoria que acompanhou todo esse processo, para poder traçar os fluxos de cada Secretaria, ter uma compreensão melhor de como isso acontecia, que foi a Falconi. *Pode passar. Pode passar. Então vamos lá.* Tem duas possibilidades do Aprova Rápido, para quem optar por ele. Quem não optar por ele segue pela via ordinária, como acontecem hoje os processos. Nos casos em que só depender da SMUL, que não depender de outras Secretarias, o prazo que foi dado é de setenta e cinco dias para os alvarás de aprovação e, quando houver múltiplas interfaces, quando tiver outras Secretarias envolvidas, são cem dias para a liberação do alvará, no caso do alvará de aprovação. Quando for aprovação e execução, a gente aumenta trinta dias em cada um, então vai para cento e cinco e cento e trinta dias. *Pode passar.* Qual é a distribuição desse tempo? Os primeiros quinze dias, ele é de autuação do processo e avaliação de admissibilidade. O que é isso? Toda a documentação que o interessado entregou, de acordo com aquela instrução normativa, e com um documento também, que ele que é um anexo do Decreto, que ele é um documento declaratório onde a pessoa ela escreve falando que realmente ela atende todos os pré-requisitos para entrar no Aprova Rápido. Nesses primeiros quinze dias, vai ter toda a avaliação dessa documentação. Nos



outros sessenta dias, quando entrar em SMUL, é a realização da análise, o Comunique-se, a reanálise e a emissão do alvará. Nas outras Secretarias, a gente vai ter análise, encaminhamento do GRAPROEM, Comunique-se único, reanálise, encaminhamento em uma segunda reunião do GRAPROEM, caso seja necessário, e a emissão do alvará. Só para a gente entender. Nos primeiros dois dias, que é o período de entrada. O interessado tem que entregar isso aqui tudo e vai ser o momento de autuação do processo. *Pode passar.* Nesses treze dias, a avaliação de admissibilidade. *Passa.* Daqui em diante, a gente tem quarenta e nove dias corridos para fazer a análise. Nesse primeiro momento, os processos eles vão ser - isso daqui no caso de aprovação, com múltiplas interfaces. Serão nos primeiros quarenta e nove dias, processo - vou dar um exemplo da Secretaria do Verde. Os processos entram, em DEPAVE 4, que dá as autorizações para manejo arbóreo, que só para voltar um pouquinho, no Aprova Rápido como um todo só entram os processos de alvará de execução e aprovação de edificações novas. Tudo o que tiver qualquer tipo de relatório complexo, EIA-RIMA, RIV, qualquer coisa dessa não entrou no Aprova Rápido nesse primeiro momento, até porque tem outras legislações que estabelecem outros tipos de prazo, outras coisas que, numa segunda etapa, talvez entre num segundo momento do Aprova Rápido. Entrou na Secretaria, temos quarenta e nove dias para entregar o nosso parecer para a equipe do GRAPROEM. *Pode passar.* As reuniões do GRAPROEM elas vão acontecer semanalmente. Toda quarta-feira, essas reuniões irão acontecer. Passada a reunião do GRAPROEM, emite-se o Comunique-se único e o interessado vai ter trinta dias que não contam nesse prazo, porque aí a bola está com ele, para atender o Comunique-se. Ele retornando, terão onze dias corridos para a gente fazer a reanálise. Onze dias no caso do alvará de aprovação. Quando for execução, vai para vinte e cinco dias. *Pode passar . Pode passar todos até completar aqui.* Só para você entenderem - isso aqui nem caberia eu falar porque é uma organização, mas eu vou explicar. Toda sexta-feira anterior à reunião do GRAPROEM, essa documentação, os pareceres das Secretarias têm que ser enviados. Na próxima terça-feira, é encaminhado as pautas. Na quarta-feira tem a reunião do GRAPROEM e, na quinta-feira, é dado o encaminhamento para a publicação do Comunique-se. Só para vocês terem noção disso, como vai ficar no tempo, então vamos supor que a primeira entrada se desse no dia 2 de março, a gente teria tudo isso que está em rosa é o período de análise e, no dia 25, a gente teria a primeira reunião do GRAPROEM. *Pode passar, pode passar.* E essa daqui é o período da reanálise. Então, entregando o protocolo na sexta, na segunda-feira a SEC encaminha. SEC é quem vai fazer todo o exame de admissibilidade e depois tem reunião do GRAPROEM e instrução do processo para o despacho. *Pode passar.* As reuniões do GRAPROEM, como eu falei, elas vão acontecer todas as quartas-feiras, ela já tem horário definido, já tem sala definida, inclusive vai ser no duzentos e vinte e três, vai ser no período da tarde e esse daqui são cinco pontos que normalmente vão ser tratados nas reuniões. Todas essas regras aqui foram estabelecidas também para a reunião do GRAPROEM, que ela deve ocorrer sempre segundo a pauta definida. Não haverá a inserção de qualquer outra coisa se estiver fora da pauta. A SMUL vai ter todos os seus representantes no dia da reunião, cada Secretaria apresenta seus pareceres e discute. Isso, hoje, essa dinâmica ela já acontece inclusive no caso das CAIEPS, que faz análise de parcelamento do solo. Essa dinâmica ela já acontece, ela acontece muito bem, então todo mundo entrega os pareceres, tem toda a discussão para definir, porque existe alguma sobreposição de uma Secretaria com a outra, e isso tem dado muito certo. Essa dinâmica ela já é conhecida pela Prefeitura. Então, vão dar todos os tratamentos necessários. Caso tenha algum recurso, também entra na pauta para tratar como vai o encaminhamento disso, passa pela avaliação, emite parecer e envia para o Comunique-se. *Pode passar. Pode passar. Só voltar um pouquinho.* Como isso é um procedimento que está sendo colocado agora, o pessoal da Falconi, junto com a SMUL, eles elaboraram um padrão



operacional de processo, que eles chamaram de POP, que é mais ou menos um *check-list* do que vai ter que ser feito. Foi feito um treinamento desde o protocolo até o técnico, até o Secretário que tem que assinar isso para tudo ficar bastante alinhado. Essa é uma apresentação breve do Aprova Rápido, eu espero que vocês tenham entendido. Começou no dia 12 de março. Até o momento, aonde eu sei, não teve nenhum protocolo de processo que envolvesse a Secretaria do Verde, que eles iriam avisar quando isso acontecesse. Ainda não teve nenhum processo que a gente pudesse apresentar para falar como aconteceu, como que esses processos chegaram, como foi isso. Se tiver alguma dúvida, é isso.

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) - Obrigado, Tamires, pela apresentação. Os Senhores Conselheiros têm alguma consideração? A Célia Marcondes. Três minutos para você, Célia.

Cons. Célia Marcondes - Na verdade, é só uma pergunta. Célia Marcondes, da ECÓLEO. Atualmente, para a gente ter acesso a um projeto desse, a pessoa precisa comparecer acompanhado de um advogado e tem uma dificuldade enorme. A pergunta é: isso estará disponível na Internet? Qualquer um pode consultar, em atendimento ao princípio da transparência?

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) - Mais algum Conselheiro?

Cons. Capitão Verona - Capitão Verona, da Polícia Militar Ambiental. Alinhado com o que a Conselheira questionou, para nós da fiscalização, assim que inicia uma obra, a gente tem uma dificuldade imensa de saber que ela tem o licenciamento, para a gente agilizar essa questão do esforço nosso, uma fiscalização. Se esse processo realmente vai estar disponível para nós aí pelo menos da fiscalização ou pela Prefeitura, para conseguir evitar uma fiscalização, um gasto humano do Estado, para ver algo que já está licenciado.

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) - Com a palavra, a Conselheira Vivian.

Cons. Vivian Marques - Vivian, da SMA. Eu só queria fazer uma sugestão, porque os dois dias preliminares nós temos como se fosse um *check-list*, correto, um *check-list* da documentação. Eu estou falando isso porque a gente está com a experiência lá do Papel Zero lá do processo digital e nós sofremos muito com os tempos do GRAPROHAB e com os tempos de análise dos nossos processos digitais também. Então, me preocupou os onze dias após o Comunique-se, que esses dias deveriam ser de fato, esse prazo deveria ser ampliado porque você imagina se houve alteração completa do projeto. Como que o técnico e todo mundo que está envolvido tem condições de analisar em onze dias? Achei bárbaro, estou parceira nesse projeto, a gente está super animado, mas agora eu não conheço a instrução que estabelece as normas de atuação, mas me preocupou demais a questão dos onze dias. Nós não temos isso lá. A gente volta para os trinta, porque muitas vezes o projeto ele entra quadrado, é atuado quadrado e depois vai se acertando ao longo do caminho e o coitado do técnico que está do lado de cá ele vai ficar recebendo *pop-up* tarefa, tarefa, tarefa. E se tem final de semana, feriado, como é que ficam esses onze dias? É minha observação aí preocupante.

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) - Mais alguma consideração? Por favor, Tamires, com a palavra.

Tamires Carla de Oliveira - Vou ver se eu lembro, tá, gente. Eu estou tão atrasada para outras coisas. Você perguntou da transparência. Todos esses processos eles serão eletrônicos, pelo SEI. Eu



não sei exatamente como ele funciona, mas acho que é permitido você dar autorização para as pessoas verem os processos. Então, no caso de ter alguém querendo ver o processo, ele pode dar essa permissão de visualização pela Internet mesmo. E tem uma outra coisa, que a reunião do GRAPOEM é uma reunião pública; então, qualquer um pode ir também na reunião, estar lá, comparecer e saber de tudo que está acontecendo. Da fiscalização que é uma coisa que tem que ser melhor alinhada mesmo, transparente, sempre. Eu acho que até, Célia, pelo próprio SEI vai facilitar muito mais isso, porque ali o processo vai ficar integral, qualquer um vai poder ter acesso. Simplesmente com a autorização que a Secretaria vai ter que liberar. É o que acontece já hoje no IPHAN, que eu uso muito esse tipo de autorização. Eles simplesmente me liberam uma senha e um número de protocolo e eu acesso o processo na íntegra e leio tudo que está acontecendo ali. Quanto aos prazos da reanálise, se eu te falar que eles eram de três dias, você vai acreditar? Era, era bastante absurdo.

Cons. Vivian Marques - Nós vamos continuar sendo telhado de vidro. A gente não vai conseguir atender.

Tamires Carla de Oliveira - Exatamente. Essa foi uma preocupação colocada por todas as Secretarias, por isso que foram dados prazos diferentes para quando for alvará só de aprovação, quando for alvará de aprovação e execução, e foram estabelecidos alguns critérios também. Caso tenha algum problema que foi pelo interessado não ter cumprido o que estava previsto no Comunique-se, esse processo ele pode ter o prazo suspenso ou, dependendo do que for, ele pode até ser indeferido. A Presidência do GRAPROEM vai poder fazer isso. Para os alvarás de aprovação e execução, que é o que preocupa mais ainda, porque ainda tem uma outra etapa, no caso do Verde, foi dado um prazo maior, que aí chega a quase trinta, mas realmente é um... Eu acho também, eu entendo como ponto frágil do Aprova Rápido, mas são coisas que a gente só vai conseguir resolver na hora que essas coisas acontecerem. Os problemas eles aparecerem, que a gente vai chegar "olha, então, isso daqui a gente vai ter que corrigir", porque senão a gente mesmo vai conseguir atender e o interessado também, enfim. No caso de DEPAVE 4, no manejo arbóreo, por exemplo, para a gente otimizar essa reanálise, na reunião do GRAPROEM já vai sair uma data de atendimento com o técnico, então, cara, ele já sai com o Comunique-se, uma data que ele vai ter especificada lá na Secretaria do Verde, então ele já chega, já faz análise dele para o processo vir o mais redondo possível. Caso ele não tenha atendido alguma coisa, porque ou ele não quis ou, enfim, qualquer problema que tenha sido causado por ele, ele tem que arcar com isso. O processo dele ou vai ter o prazo suspenso. Se tiver alguma coisa que as Secretarias, elas têm algum envolvimento e se for um movimento puro e simplesmente dele, o processo é indeferido e enviado para a via ordinária.

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) - Com a palavra, o Senhor Rodrigo Ravena.

Rodrigo Ravena (Chefe do Gabinete) - Só para complementar, a gente trouxe para a Reunião do CADES, a despeito de não ser a matéria exclusivamente da Secretaria, mas envolve a Secretaria e a gente, teoricamente, tem uma parte importante nas liberações e normalmente os nossos pareceres são muito mais complexos. A gente queria dividir isso com o Conselho, ouvir o Conselho, e ressaltar que a gente vai, em princípio, está sendo colocado para adaptações futuras. A gente vai ter que ver como é que a coisa anda. O licenciamento ainda é o pequeno, mas, para, efetivamente, poder ajustar isso e virar uma prática para todo o procedimento de licenciamento. Mas a experiência da CETESB está sendo considerada efetivamente como um problema que a gente tem que resolver, tem que dar conta. Não pode virar um problema do técnico. Isso é uma



atividade de Governo, é uma atividade do Estado, não do técnico, então a gente vai fazer todo o possível para que isso não chegue ao nível de responsabilização de técnico, porque não andou, porque não é esse o objetivo.

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) - Com a palavra - dois minutos -, a Senhora Vivian Marques, Secretaria Estadual do Meio Ambiente.

Cons. Vivian Marques - Sim, eu entendo, Secretário. Eu não quis dizer em relação ao técnico no âmbito do GRAPROEM. Eu quis dizer ao técnico para que ele entregue em tempo hábil para que - eu não sei se vai chamar voto. No GRAPROHAB é um voto. Nós temos lá uma semana muito curta, uma pessoa específica para cuidar desse agendamento nas quarenta e seis agências e que, na sexta-feira, tem que estar tudo pronto para a Célia Poeta preparar o voto para levar na terça-feira. O nosso problema é exatamente você conseguir que o técnico, que tem férias, tem vistoria, tem isso, tem aquilo, cumpra com essa agenda de atendimento. E tem a questão que você só pode fazer uma vez exigência. Então, as exigências de todos os órgãos saem de uma única vez e também, se você não cumprir o seu prazo, o projeto é aprovado. Na regra, vale essa situação, portanto volta tudo lá para trás e vai cair aonde? No técnico.

Rodrigo Ravena (Chefe do Gabinete) - Esse tipo de contribuição é importante para a gente trazer a experiência que está aqui nesse Conselho para essa discussão. A gente está criando o procedimento o importante é pontuar isso, a despeito de ter sido pontuado por todas as Secretarias, é importante isso estar pontuado também pelo Conselho, porque a gente vai ter que olhar para isso. É tirar um gargalo. A gente está tentando sair de um nó. Talvez a gente esteja criando um outro ou não, se a gente olhar para as experiências existentes. É esse o ponto.

Cons. Vivian Marques - Inclusive está saindo o novo manual do GRAPROHAB agora. Se quiser, a gente já tem o piloto.

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) - Com a palavra, o Senhor Ricardo.

Ricardo Viegas (Secretário Adjunto) - É rapidinho. Queria só ressaltar a iniciativa do Poder Executivo em relação a esse tema. O GRAPROHAB tem dez anos já? Quanto tempo?

Cons. Vivian Marques - Vinte. Noventa e cinco a gente já tinha o GRAPROHAB.

Ricardo Viegas (Secretário Adjunto) - É o estilo governo que junta todo mundo e tenta buscar os processos que sejam rápidos, ou seja, o processo sai daquela coisa que nós tínhamos no passado: vai palavra para cá e, lógico, que isso foi se aprimorando. Você vê, depois de vinte anos que a Prefeitura cria um grupo para discutir isso. Olha o quanto de tempo se demorou no Poder Executivo do Município para pensar fazer uma coisa nesse sentido. Eu acho que a iniciativa, colocar os prazos, sentar todo mundo junto e tal, eu acho que já é o pontapé inicial e quebrar um pouco essa dificuldade e sempre sobra para as Secretarias que não atendem. Olha, o processo demora no tempo, enfim. Acho que é importante, por isso que a gente fez questão de apresentar para vocês que a Secretaria e, aliás, a partir da semana passada, do dia 12, estamos colocando em prática ou estamos trabalhando com esse método, em parceria com as outras Secretarias. Mas é importante que os Senhores tenham conhecimento que a Secretaria também está envolvida e comprometida com esse projeto. É isso. E é lógico que a gente vai aprender, vamos ouvir, enfim.



Cons. Vivian Marques - E o Estado ficou tão feliz que no dia seguinte que foi publicado, a gente já estava ligando para participar. É louvável.

Ricardo Viegas (Secretário Adjunto) - Vocês são muito ansiosos. (risos)

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) - Mais alguma consideração? Nós vamos voltar agora para o primeiro ponto do expediente, que é discussão e votação da Ata da 197ª Reunião Plenária, Ordinária do CADES. Algum conselheiro tem considerações a fazer? Vou colocar em votação. Por favor caso concordem com a referida ata, permaneçam como estão. **A Ata da 197ª Reunião Plenária, Ordinária do CADES está aprovada por unanimidade.** Quero convidar, nesse momento, o Senhor Conselheiro Alessandro Azzoni, que fará a apresentação do Grupo de Trabalho de levantamento das multas de inspeção veicular.

Ricardo Viegas (Secretário Adjunto) – Só um momento, deixa eu fazer a introdução antes de você começar. Alguns dos Senhores viram no Estadão há quinze dias atrás, uma matéria falando das multas ambientais. Houve uma orientação do Prefeito para que a Secretaria, especificamente o Secretário, que conduzisse esse assunto, que era um assunto muito sério na estrutura da Secretaria e aí, inclusive, convidou o Azzoni, que é um dos Conselheiros do CADES, para que formasse um Grupo de Trabalho. Acho que é importante que os Senhores conheçam a fundo as informações. Eu sei que já é público isso, mas é importante que os Senhores conheçam.

Rodrigo Ravena (Chefe do Gabinete) - Só complementando aqui, o Azzoni, como membro do CADES, foi chamado pelo Secretário para fazer o primeiro levantamento do que a gente teria que apurar de débitos, multas e processos na Secretaria. Ele vai fazer uma primeira apresentação do que foi levantado por ele e eu complemento com as medidas que o Gabinete está tomando agora para efetivar a cobrança.

Cons. Alessandro Azzoni - Bom dia, Alessandro. Esse levantamento deu início justamente na primeira reunião do FEMA, quando o Secretário assumiu. Ele estava preocupado com os recursos que deveriam estar sendo origem do FEMA e nós chegamos com essa orientação do Prefeito também de fazer o levantamento dos recursos das multas. Eu vou pular um pouco essa parte de FEMA, que vocês já conhecem a legislação. Vamos para as multas, que eu acho que é mais importante. Esse é um quadro que nós pegamos logo que nós começamos a fazer o levantamento. Nós encontramos praticamente seis mil, quinhentas e oito multas, autuações generalizadas. Essa, no caso, de falta de licenciamento ambiental e autuações gerais dentro da Secretaria. Nós tivemos que fazer uma filtragem desses dados para saber quais estavam canceladas, quais estavam em plano de pagamento e nós chegamos num saldo praticamente de quatro mil, quinhentas e setenta e seis multas que estavam ativas, que estão ativas hoje dentro da Secretaria. *Pode passar.* Nós conseguimos fazer um levantamento, junto com PRODAM, fazer o levantamento de todas essas multas que foram aplicadas desde 2004. Nessa primeira coluna, nós temos ela no valor de face e depois hoje ela atualizada. É uma aproximação dela atualizada, porque nós fechamos esse quadro em fevereiro. Então, ela deve já ter tido uma atualização. Isso queria dizer o seguinte: que existem processos ainda em andamento, em fase de... pelo processo que é dado dentro da própria Secretaria, o processo se alonga por muitos anos, por fase de recurso e certos andamentos. Então, nós chegamos em um saldo, hoje, dentro da Secretaria, de um passivo ambiental em um bilhão, trezentos e noventa e cinco milhões de reais que estão ainda dentro dos processos. Dentro do levantamento, nós podemos considerar que pelo menos cinquenta por cento já estão inscritos na dívida ativa e já estão em cobrança. Nós podemos considerar que metade dele ainda está dentro da Secretaria. Esse é um fluxo do período das



multas, quando nós tivemos a maior parte das autuações, dos anos que nós tivemos as autuações, de 2009 para 2013, decaindo em 2014, mas isso significa dizer que as multas... teve um fluxo muito grande de entrada de processos e aí, pelo devido processo legal, todo mundo tem o direito de se manifestar pedindo recursos e esses prazos foram se alongando. *Por favor.* Dentro da Secretaria, nós encontramos também a questão da inspeção veicular. No caso da inspeção veicular, nós tínhamos o caso daqui... Esse quadro era quando você passava por comando e a Secretaria fazia comando junto com a CET e acabava fazendo as atuações para quem não tinha a inspeção veicular. Nessas multas, nós chegamos a mil, cento e trinta e quatro multas. Essas multas elas estão na Secretaria também, elas poderiam ter sido efetivadas também. É um quadro menor na representatividade, porque era uma multa baixa na época, que hoje representa mais ou menos um milhão, quatrocentos e oitenta e seis, valor de face, hoje, nós teríamos seiscentos e vinte e três mil. Esse é o quadro evolutivo das multas. *Pode passar.* Para nós termos uma ideia de montante que nós temos hoje dentro da Secretaria. O resumo do trabalho que nós efetuamos. Foi um trabalho meio... final de dezembro, começo de janeiro, para juntar todos os dados, todas as informações, todos os processos e nós conseguimos chegar, depois de um... todos os Departamentos envolvidos, conseguimos chegar nesse resultado. Nós temos hoje, em resumo, quatro mil quinhentos e setenta e seis multas na Secretaria passíveis de cobrança. Não é um procedimento fácil, porque cada uma delas está numa fase de processo. Então, não é que você pode passar uma linha e mandar cobrar todos, então você vai ter que analisar os quatro mil quinhentos e setenta e seis processos para saber em que estágio que está para poder dar o andamento para acelerar a cobrança. Não significa que eles estão parados todos no mesmo estágio, ou seja, eu posso executar a cobrança imediata, posso mandar para dívida ativa? Não. Tem que ver que estágio que está para poder dar o andamento, para poder efetivar a cobrança. Esse é o caso das multas de comando. Essa aqui é a inspeção por radar. Toda vez que não tinha a inspeção veicular e você passava por aqueles radares inteligentes, eles registravam uma multa. Esse quadro aqui é um pouco maior, porque a gente tem um quadro de quinhentas e cinquenta mil multas, só que esses recursos eles ficaram ainda na Secretaria de Transporte, não chegaram a ser transferidos para a Secretaria. Só que hoje a gente fica numa situação muito grande. São quinhentas e cinquenta mil autuados, ou seja, multas. É um trabalho muito grande para você fazer essa recuperação. Nós estamos falando de um quadro de multas de 2013/2014/2015. Significa que muitas dessas pessoas já se desfizeram dos veículos. Então, como que você faria hoje para efetivar a cobrança disso? Já se tornaria quase que impossível, porque de repente eu estou cobrando um veículo que já não é mais o proprietário que tomou a autuação, então nós ficamos numa situação de não ter efetividade nessa cobrança e o valor é consideravelmente alto: nós estamos falando de trezentos e dois milhões que vão deixar de ser cobrados. Esse é o quadro da inspeção, só para a gente ter uma ideia do valor sem atualização, com atualização. Em suma, o trabalho foi justamente fazer o levantamento. Não foi um levantamento fácil, porque esses recursos, uma vez cobrados aqueles que estão dentro da Secretaria - existe uma divisão. Por exemplo, assim: o que vai para dívida ativa já entra pelo Tesouro e quem fica na Secretaria, a gente efetiva a cobrança, vai para o FEMA e assim a gente consegue fazer projetos dentro do FEMA. Então, nós podemos ver que nós temos uma capacidade de arrecadação grande dentro do FEMA para poder captar esses recursos de volta para o FEMA, só que existe uma dificuldade na relação do processo. Não significa que todos os processos estejam no mesmo estágio. Se fosse nesse sentido, algumas coisas a gente conseguiria dar andamento. Só essa questão do fechamento. Foi um trabalho duro, mas que a gente espera que agora a gente finalize com a Secretaria dando andamento e que esses recursos migrem, para que a gente possa empregar melhor esses valores dentro do FEMA com projetos ambientais. Obrigado.



Rodrigo Ravena (Chefe do Gabinete) - Bom, complementando a apresentação... Obrigado, Azzoni, pelo levantamento, pela trabalhadeira de fazer o serviço de levantamento do que a gente tinha ou não tinha e agora o que a Secretaria está fazendo com essas informações que foram levantadas? Primeiro ponto: colocar com a Assessoria Jurídica e o DAF- Departamento Financeiro da Secretaria, todos os processos que o Azzoni começou citou. Qual que era o problema que a gente tinha. A gente olha para o número macro e fala "nossa, nós estamos jogando fora um monte de dinheiro", mas a gente tem processos, inclusive, com falta de julgamento de recurso. Então, a gente está pondo todos no mesmo ponto, providenciando a atualização porque nós estamos renotificando todo mundo, para pedir o pagamento, para tentar trazer esse dinheiro para o FEMA, para que o pagamento seja feito tudo através da Secretaria. Todo o esforço de atualizar e deixar todos os processos no mesmo ponto é para que a gente não tenha que fazer a transferência desta cobrança para o Tesouro, porque senão o dinheiro não virá para o FEMA. Todo o exercício de trazer esse dinheiro para dentro do FEMA, colocando todos os processos no mesmo ponto, no mesmo estágio processual, que significa dizer o que: colocar todos os processos com o trâmite administrativo, a etapa administrativa encerrada, para que não caiba mais recurso nenhum administrativo e a partir daí, notificar o devedor. Alguns dos processos que estão nessa conta, dois ou três já tinham inscrição na dívida ativa, mas, mesmo assim, nós estamos buscando o devedor, porque o valor é muito alto, para ver se, em conjunto com a Secretaria da Fazenda e com a Procuradoria-geral do Município, a gente consegue fazer um acordo para compensação ambiental efetiva, não simplesmente pagamento judicial da dívida. É um trabalho um pouco maior do que só buscar o dinheiro. A gente está pegando aqueles devedores que efetivamente têm a possibilidade de, além de pagar, fazer compensação ambiental, a gente está buscando junto à PGM a possibilidade de suspender a execução e fazer um acordo judicial para que a gente faça um TAC em juízo e, além do pagamento, tenha efetiva compensação. Deixando claro: na visão da Secretaria, o pagamento puro e simples não é compensação ambiental. Pagamento puro e simples é colocar dinheiro disponível no FEMA que a gente sabe, às vezes, acontece de não ir diretamente para compensação ambiental, ir para outras atividades. O que o Gabinete busca, neste momento, é recuperação do que é possível imediatamente, de forma financeira, em moeda, mas, ao mesmo tempo, buscar alternativas de efetivar compensação ambiental dentro dos processos que estiverem terminados. Ontem a gente terminou um, já começamos uma conversa. É para dar a notícia do que a Secretaria está fazendo nesse sentido para vocês. Basicamente é isso.

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) - Bom, vamos abrir para as considerações dos Conselheiros. No bloco de três perguntas nesse primeiro bloco. A Patrícia do Sepe. é a primeira escrita.

Cons. Patrícia Marra Sepe - Parabéns, muito bom. Eu só queria que o Ravena, como eu estou faz tempo distanciada, existe ainda a questão das multas aplicadas pela Lei de Crimes Ambientais o abatimento de noventa por cento? Não? Quarenta? E esse valor computado não considera. Se quando vai para a dívida ativa realmente não vai para o FEMA, mas daí você já respondeu. Então vocês estão negociando essa questão da compensação, mas ainda existe...

Rodrigo Ravena (Chefe do Gabinete) - Para ser mais rápido. Tem multa ainda que foi feita com base na lei, mas, hoje, a gente está considerando que a gente tem dado hoje para acordo ou para TAC, TCAs. A gente permite o desconto de quarenta por cento. Então, tem uma margem de negociação nesses valores. A gente tenta consolidar. Tem algumas questões de aplicação da lei, especificamente da estipulação do valor da multa que a gente ainda está tentando, para não



ter nova discussão. É fechar o acordo de forma concreta com as regras de hoje. Então, quer fazer um acordo, tem compensação ambiental, o abatimento do valor da multa é quarenta por cento. Noventa nem pensar. E tentar deixar isso dentro na Secretaria, porque, a partir do momento que virar dívida ativa vai para Fazenda. A gente pode até tentar negociar, falar "nós estamos entregando tudo isso para vocês. Vamos fazer um acordo para você me devolver um pedaço"? Mas aí é uma outra negociação. Se a gente conseguir fazer isso previamente, é melhor.

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) - Com a palavra, a Conselheira Célia Marcondes, Centro-Oeste 2.

Cons. Célia Marcondes - Célia Marcondes, da ECÓLEO. Nós ouvimos, ou lemos, que setecentos e oitenta foram canceladas. O motivo desse cancelamento? Segundo, queremos lembrar que o gestor que estava na Secretaria cometeu crime de prevaricação, no mínimo. Queremos saber se algo será feito contra eles, porque isso não pode ficar em prejuízo da sociedade, da cidade de São Paulo. Depois, propor uma força-tarefa para que isso seja agilizado e que a gente possa, efetivamente, fazer essa cobrança antes que algo prescreva e que, efetivamente, isso seja feito pela Secretaria, porque senão vai para o buraco negro e a gente não recupera mais. Obrigada.

Rodrigo Ravena (Chefe do Gabinete) - Bom, vamos começar pelo fim. A questão de responsabilização do gestor é uma questão da PGM. A gente vai entregar as informações, entregar em que situação estava. O que a gente pode garantir é o seguinte: o que está na Secretaria ainda está em processo administrativo, pendente de discussão, lembrando que dano ambiental não prescreve, ele permanece. Essa questão de responsabilização, no momento certo, e quem vai apurar ou não, Corregedoria e PGM. Não é a Secretaria do Verde. Não nos compete entrar nesse ponto. As multas, eventualmente - são setecentas e não sei quantas...

Cons. Célia Marcondes - Setecentas e oitenta canceladas.

Rodrigo Ravena (Chefe do Gabinete) - Eventualmente canceladas por algum motivo: erro no lançamento, erro no enquadramento, defesa administrativa julgada juridicamente correta. Nem toda multa aplicada - isso é bom deixar bem claro - é juridicamente correta. Nem toda multa aplicada tem o condão de buscar a preservação ambiental. Pode ter um outro condão. Se você pegar o universo das multas efetivas e com validade em andamento, setecentas e oitenta não dá nem um por cento do valor total das multas. A quantidade de cancelamentos é muito pequena. E normalmente na Secretaria, por experiência própria e de ver os processos que estão lá, os de cancelamento eu não peguei, só estou pegando os que estão efetivamente passíveis de trabalho, mas a gente pode fazer um estudo e depois te apresentar ou apresentar para o Conselho qual a maioria ou quais seriam os motivos, mas te adianto: por experiência própria, erro de enquadramento na legislação, enquadramento incorreto do dano ambiental, não existência do dano ambiental. Normalmente, são esses três motivos que impõem o cancelamento da multa, porque normalmente a gente não cancela multa nenhuma, é só ver o volume.

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) - Com a palavra, o Conselheiro Alessandro Azzoni.

Cons. Alessandro Azzoni - Esses cancelamentos foram levantados: justamente foram erro de enquadramento ou até que alguns ajuizaram a ação e conseguiram derrubar a multa e teve o cancelamento, foi obrigado a fazer o cancelamento da Secretaria. Foram totalmente devidos. Em questão de prescrição e decadência, nós tomamos muito cuidado, enquanto estiver o



processo administrativo ativo, não incorre em prescrição nem decadência. Por isso esses quatro mil, quinhentos e setenta e seis processos estão ativos.

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) - Com a palavra, a Senhora Ângela Branco, da Secretaria Municipal de Segurança Urbana.

Cons. Ângela Branco - Ângela Branco, Secretaria Municipal de Segurança Urbana - Guarda Civil Metropolitana. Eu tenho uma questão que é com relação a essa negociação de redução de noventa por cento da multa considerando a reparação do dano. Hoje, então, é quarenta por cento e continua a reparação do dano. Você tem um estudo que demonstra se essas empresas, além de não pagarem a multa, não repararam o dano. Talvez uma análise..

Rodrigo Ravena (Chefe do Gabinete) - Se a multa está vigente, não teve acordo nenhum. O cara praticou o dano e o dano está lá. Por que a fala de tentar conversar e tentar fazer o esforço de provocar o infrator a corrigir o dano também? Eu não quero só o dinheiro. Eu terminei a minha fala nesse sentido. Não é noventa por cento de desconto, é quarenta, mas vamos conversar com as pessoas antes de encaminhar para a dívida. Eu sei que a hora que for para a dívida ativa, o dinheiro continua na Prefeitura - é importantíssimo esse dinheiro para a Prefeitura, vai ser usado -, só que não vem para o FEMA especificamente. Pode até vir para o nosso orçamento, mas é um outro caminho. Por que que a gente está tendo o trabalho... Para nós seria muito mais simples pegar isso tudo e inscrever e mandar embora. Qual é que o exercício? O exercício é tentar fazer a reparação do dano concomitantemente, é fazer com que a autuação leve à recuperação do dano ambiental praticado, porque, se as multas estão abertas, não teve reparação de nada. Tem uma multa aberta aplicada para um infrator ambiental. Ponto. O exercício é esse, o exercício é dar, para os processos na Secretaria, o encaminhamento que ele tem que ter: de, efetivamente, promover a recuperação ambiental. O objetivo não é arrecadar somente. O primeiro objetivo da Secretaria é tentar a reparação ambiental, por isso notificar novamente, botar todos os processos no mesmo ponto, julgar todos os recursos e encerrar o procedimento administrativo e dar uma última chance. Eu precisaria fazer isso? Não, não precisaria. Mando tudo para a dívida ativa, se vira aí, entra em execução fiscal e sabe lá quando a Prefeitura vai receber. Nós estamos fazendo um exercício que é um pouco maior do que esse de simplesmente cobrar.

Cons. Ângela Branco - Ângela Branco. É interessante essa questão da manutenção da reparação do dano, porque, considerando que a Lei de Crimes Ambientais ela tem esse caráter educativo, que é importante é reparar e também pagar a multa. É só uma reflexão, que é em consideração a esse processo de levantamento. Eu parableno quem teve a iniciativa e trouxe os dados para o Conselho, porque ao entender isso fortalece a diretriz do fortalecimento do sistema de fiscalização ambiental do Município. Porque os números demonstram que se essas multas fossem, de fato, cobradas, é muito barato manter um sistema de fiscalização eficiente no Município porque ele se paga e hoje, quando nós observamos o baixo número de agentes que podem atuar na fiscalização ambiental, dos analistas de meio ambiente, nós entendemos que teria que fortalecer também esse grupo de técnicos que fazem esse trabalho e trazem esses resultados, uma vez que as multas, de fato, forem cobradas. Então, parableno o trabalho por esse fortalecimento desse sistema de fiscalização.

Rodrigo Ravena (Chefe do Gabinete) - Eu vou passar a palavra para o Secretário Adjunto. Nesse sentido, eu acho que a gente tem um entendimento comum e esse é o entendimento da Secretaria, mas nós estamos no meio de um trabalho, justamente para chegar na definição desses objetos, mas eu vou pedir para o Ricardo falar.



Ricardo Viegas (Secretário Adjunto) - Bom, ela provocou porque ela já sabe qual é o nosso posicionamento, mas é importante a gente colocar para os Conselheiros. Porque, na verdade, quando a gente se coloca esses números, demonstra a ineficiência. E não é de um ano, não é de dois, é uma ineficiência de um sistema, que também não é exclusivo do Município. O Estado também tem isso, a União também tem. Se for no IBAMA lá, os caras vão ver, os números lá são absurdos. Eu acho que, assim: primeiro, colocar luz nesse assunto é estratégico e foi muito importante para que a gente tivesse, de fato, o tamanho do problema. Na verdade, é uma consequência de todos os erros ou de todas as ações administrativas que a própria Prefeitura vê esse tema da questão da fiscalização. E é um aprendizado, ou seja, é uma forma já de a gente começar a pensar em melhorar essa dinâmica de fiscalização, que não está funcionando. Eu acho que a gente tem já alguns bons exemplos do Estado funcionando, as integrações entre Secretarias, enfim. Tudo isso está fortalecendo a gestão da Secretaria em mudar, de fato, ou achar uma forma mais muito mais exequível, ou seja, prática, que tenha resultados práticos e ganhos, de fato, ambientais do que isso que a gente recebe. Isso está no nosso foco. Esse já está colocado como um assunto extremamente importante porque é uma coisa que está pegando demais a Secretaria. Obrigado.

Rodrigo Ravena (Chefe do Gabinete) - Ricardo, só para complementar. Não é nem no radar nem no foco. Tem três ou quatro coisas que são as prioridades, uma delas é a fiscalização. A gente vai dar um jeito nisso.

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) - Com a palavra, o Capitão Verona, Polícia Ambiental Ambiental.

Cons. Capitão Verona - Analisando os números que a gente teve das autuações, o passivo que a gente tem de autuações aí aplicadas, a gente tem que pensar que, no Estado, a gente aplicou a partir da Resolução 48, da SMA, o atendimento ambiental, que é com um membro da Polícia Militar Ambiental e um da Controladoria de Fiscalização Ambiental. E, nesse atendimento ambiental, eu dou um desconto de até noventa por cento para o autuado sempre visando a reparação ambiental, que é imprescritível. A multa, passou cinco anos, ele pode entrar e vai prescrever via judicial e, no atendimento ambiental, assim que você tem o acordo com o infrator, ele transita em julgado. Então, eu esgoto os recursos que ele vai ter, que a gente tem também na Secretaria do Meio Ambiente. Aquelas multas que a gente sabe que não vai receber. Um exemplo: a gente fez uma operação no final de semana, a gente aplicou uma autuação de um milhão, duzentos e setenta e cinco mil reais para onze pessoas. Uma dessas para cada um, então a cifra aí dá quanto? Em um dia, eu consegui fazer muito mais do que todo o período que foi visto ali em autuações. Eu tenho que pensar, sim, nessa questão e a transparência, que foi colocada pela Conselheira Célia. A gente tem uma Ata do atendimento ambiental, que fica aberto para todo o sistema ambiental paulista. Então, o funcionário que vai cancelar um auto, ele tem os critérios legais para cancelar. Eu cancelei por quê: o crime ambiental ele é questionável. Eu tenho algo, uma caracterização de área. Por exemplo, eu dou aqui uma área do estágio médio. Aí ele comprova com laudo que não, que a vegetação é exótica, em área comum, e a multa vai mudar, pode cancelar isso daí. Eu acho interessante, sim, essa questão aí do desconto, de olhar um pouco com mais carinho a legislação que a gente tem estadual, federal, né, e tentar implantar aqui, porque não adianta eu massacrar ainda mais o... A gente dificulta no licenciamento. Isso daí é algo que facilita a pessoa a buscar a ilegalidade. Então, já está no caminho da primeira apresentação que a gente teve aqui, que foi de ter um licenciamento rápido, e a multa, se eu for aplicar, eu tenho que ter uma forma benéfica, porque eu tenho que



buscar a reparação ambiental, e não simplesmente a cifra, porque a cifra tem que ser expressiva. Era só essa complementação aí no caminho do que foi falado. Obrigado.

Rodrigo Ravena (Chefe do Gabinete) - Capitão, é isso que a gente está pensando enquanto gestão da Secretaria. É tentar olhar para os exemplos positivos, especialmente do Estado, e a gente tentar remontar o nosso sistema de fiscalização, sem esquecer que a fiscalização não é punitiva. Eu acho que a gente tem ali... Se vocês olharem a distribuição das multas, vocês vão ver um pico. O pico quando a Secretaria resolveu que multar resolvia. Não resolveu, está tudo aí ainda. E não resolveu. A fiscalização não é punitiva, ela é, antes de tudo, educativa, é, antes de tudo, para sensibilizar o infrator do dano cometido e da responsabilidade que ele tem com o dano que cometeu. A partir da educação dada pela fiscalização, a gente pensa em punição. É isso o que está na nossa cabeça, é isso que nós estamos pensando: evitar... Não é não multar. Quando tiver que multar, multa; mas, é tentar montar um modelo que seja mais próximo e que a gente possa conversar com o Estado, com a União e que a gente tenha efetividade na fiscalização. Não é só emitir papel; tem um papel de educação ambiental que vai junto com a fiscalização.

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) - Fez uso da palavra o Senhor Rodrigo Ravena. Mais alguma consideração?

Cons. Célia Marcondes – Só para completar. Célia Marcondes, da ECÓLEO. Na ponta, o trabalho está sendo feito. A educação ambiental está sendo feita, o exercício da atividade está cem por cento. A fiscalização está sendo efetiva. Agora, se não se amarra isso lá na outra ponta, naquele que tem o poder de atuar não está sendo feito, não funciona mesmo. Aí vale à pena para o empreendedor, vale à pena para o munícipe em fazer o que ele quer, porque ele sabe que não vai ser cobrado depois. Isso precisa estar em sintonia. É uma orquestra. Multou, puniu. Pronto, aí, sim, vem completo o serviço que o poder público tem que ser efetivo, presente e cumpridor dos seus deveres. Obrigada.

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) - Ângela Branco com a palavra.

Cons. Ângela Branco - Ângela Branco, Secretaria de Segurança Urbana - Guarda Civil Metropolitana. E só para complementar, a Secretaria de Segurança Urbana ela tem trabalhado fortemente com a Secretaria do Verde, com o intuito de fazer que o guarda civil metropolitano da Superintendência de Defesa Ambiental, ou seja, aquela Guarda Ambiental tenha também poder de atuar mais fortemente na autuação. Não só ficar na detecção do dano e informar a Secretaria do Verde e a Secretaria Municipal das Prefeituras Regionais para que elas deem encaminhamento ao processo. E essa discussão já vem sendo feita há dois anos e parece que agora, Secretário, talvez ela avance, com esse entendimento que essa Guarda, que hoje conta com um efetivo de trezentos e cinquenta guardas ambientais, possa também integrar esse sistema e fortalecer e ter uma ação mais efetiva no combate às ações lesivas ao meio ambiente. Obrigada.

Ricardo Viegas (Secretário Adjunto) - Esse é um tema prioritário para o Prefeito. Não é tão fácil, mas existe uma orientação para que o Município ou as suas estruturas caminhem para esse sentido. Até porque nós já temos um exemplo, que é o caso do Estado, quando o depoimento do Capitão demonstra isso. Nós já temos o exemplo. Ou seja, construir isto aqui, que não é tão fácil. Quer dizer, a gente fala "ah, vamos fazer". Por Decreto, sem fazer articulação, a gente não vai conseguir fazer nada. Eu acho que a gente está começando a colocar o tema como um



tema estratégico na estrutura da Secretaria. Há, já, sim, um consenso e esse consenso precisamos achar as soluções e as saídas. A saída a gente já sabe qual é, a gente já tem um caminho. Agora, como é que a gente vai construir internamente? A gente está começando a pavimentar essa construção e, com certeza, a Secretaria é um - não é nem parceiro, ele também é responsável, será responsável por isso.

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) - Fez uso da palavra Senhor Ricardo Viegas. Mais alguma consideração dos Conselheiros? Nós vamos incluir um ponto de pauta da Conselheira Sueli Rodrigues. Com a palavra, três minutos.

Cons. Sueli Rodrigues - Bom dia a todos, Sueli, representante da Macro Leste 1. Talvez eu nem consiga terminar a fala, mas vou tentar. Ontem nós fizemos uma vistoria na área do Parque Cabeceiras do Aricanduva, em São Mateus e a situação lá é desesperadora. Não tem outra palavra para dizer. O morro está sendo cortado, as árvores estão sendo cortadas e as nascentes estão sendo aterradas. Acho que todo mundo conhece o rio Aricanduva. Ele vai deixar de existir porque simplesmente estão acabando com a área que está reservada para fazer o Parque Nascentes do Aricanduva. Eu não sei se a Secretaria tem conhecimento, se não tinha. Tem conhecimento? A Prefeitura Regional tem a informação, esteve fazendo a vistoria. Dentro do Cades Regional não nos foi passado nada. Eu sou Conselheira do Cades de São Mateus também. Pela falta de informação, eu, enquanto Conselheira do CADES central, fui convidada por moradores da região para ir lá e ver o dano que está sendo causado na região e trazer a demanda para cá e fazer algumas perguntas. A quem cabe a responsabilidade de cuidar daquela área? A Guarda Ambiental acompanha? Está ciente do que está acontecendo lá? E a Secretaria também? Quem deveria zelar pelo patrimônio ambiental dentro da região de São Mateus e quais as condições de trabalho desses responsáveis por zelar pelo patrimônio ambiental de lá? Porque não adianta eu atribuir a responsabilidade e não dar condições de trabalho. E a gente que está lá na ponta, a gente acompanha isso muito de perto. A responsabilidade é sua, mas você se vira com o seu carro, com o seu transporte. Eu acho que a Secretaria - eu acho não - é atribuição, é responsabilidade da Secretaria contribuir com o zelo do patrimônio ambiental da cidade. Alguma coisa precisa ser feita. Não vai sobrar nada em São Mateus, gente. Tudo é moradia, tudo, tudo. Vocês ficam aqui no Centro, mas vá lá visitar a periferia e vocês vão ver. Não vai sobrar nada, não vai sobrar uma nascente, não vai sobrar uma árvore em pé. A situação lá é desesperadora. A Prefeitura Regional, por mais que ela queira fazer alguma coisa, ela não tem condições humanas, de equipamentos, ela não tem condição. E nem o poder necessário para, de fato, preservar aquilo lá. Alguma coisa alguém precisa fazer, por favor. Obrigada.

Ricardo Viegas (Secretário Adjunto) - Essa sua denúncia vai estar registrada e como poder público, a Secretaria, ela tem a obrigação; não precisa nem fazer essas perguntas, porque é uma obrigação da Secretaria. Nós vamos precisar responder o que a Senhora colocou aqui. E é isso o que nós vamos buscar. Se, por um acaso, a gente construir uma estratégia de local e ver e tal, nós vamos trazer uma resposta para suas considerações. É isso o que eu posso lhe dizer neste momento.

Cons. Sueli Rodrigues - Só pra complementar. Eu fiz um relatório fotográfico, eu não consegui salvar no pen-drive, mas eu mandei para o CADES, mandei para a Rute e vou mandar para Deus e o mundo. Alguém precisa tomar uma atitude. Obrigada.

Ricardo Viegas (Secretário Adjunto) - Está registrada a denúncia com relação a essa invasão e a Secretaria terá que tomar providências nesse sentido.



Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) - Com a palavra, Capitão Verona, Polícia Ambiental.

Cons. Capitão Verona – Capitão Verona. Essa área não pertence a minha companhia, mas pelo que foi relatado, tem crime ambiental na esfera para a Polícia Ambiental atuar. Eu estou participando de um Grupo de Trabalho junto à Secretaria Estadual do Meio Ambiente, que o Secretário do Meio Ambiente, Mauricio Brusadin, chamou, e a gente identificou um problema junto à CETESB, que a gente tem uma dificuldade grande de cessar esse tipo de invasão. É uma área que está sendo invadida e construída por questão de moradia. Eu fazendo uma autuação, foi lá, embarguei a área, autuei, fui para o atendimento ambiental, uma área que vai dar 0,001 ha. Ele vai receber uma advertência e, na reparação ambiental, vai judicializar. Então, a gente está imaginando uma matriz de responsabilidade. Foi o Secretário Coronel José Roberto. Ele esteve em reunião com a gente e a Prefeitura de Guarulhos também. A gente está desenhando uma matriz de responsabilidade para uma participação maior das Prefeituras, para conseguir barrar esse tipo de ação. Eu tenho que ver se essa área é pública. Então, eu tenho que manter uma viatura da Guarda Municipal lá para segurar esse local. Se é particular, a gente também faz isso, mas eu tenho que chamar judicialmente o proprietário da área para ter as medidas protetivas daquela área. Sozinho, a Prefeitura não vai conseguir. São ações que envolvem outros problemas. A gente tem um problema de moradia, um problema que é muito maior, mas a gente está desenhando essa matriz e eu acredito que a Prefeitura vai poder aproveitar isso daí para ter uma ação mais coordenada quanto a esses fatos.

Ricardo Viegas (Secretário Adjunto) - O Senhor já fez algumas considerações, eu queria só fazer uma para o Conselho, que já fica para próxima reunião inclusive o ponto da Ângela: nós vamos apresentar a Operação OIDA, que está sendo feito pela Prefeitura, porque aí mostra isso que você está colocando, mostra os pontos. Nós temos gargalos, tem uma articulação com as Prefeituras Regionais, tem uma articulação com a Secretaria do Verde, tem uma articulação com o Estado através da Secretaria do Meio Ambiente, com a Polícia Militar Ambiental, tem tudo isso já acontecendo. Em alguns momentos acontece mais intensamente e outras não; mas, de qualquer forma, fica aqui, viu Ângela, já uma tarefa para o CADES. Na próxima reunião, apresentar - do mesmo jeito que nós fizemos aqui os outros projetos -, fica uma sugestão da minha parte para que a Operação seja apresentada para o CADES, para mostrar o que está sendo feito e, logicamente, vai ser aprimorado. Com relação a essa denúncia específica de São Mateus, haverá um compromisso da Secretaria de dar uma resposta institucional para tudo isso que a Senhora colocou.

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) - Conselheira Sueli, um minuto.

Cons. Sueli Rodrigues - Sueli, Macro Leste 1. Eu entendo a questão da moradia, mas São Mateus não é uma questão de necessidade de moradia. São Mateus é uma indústria de ocupação mesmo. As pessoas deixam suas casas nos grandes centros do bairro e vão para a periferia do bairro ocupar e vender esses espaços. Então, lá é crime, lá é bandidagem mesmo. Hoje eu estou aqui, amanhã não sei se estou, mas lá é bandidagem. É a bandidagem com o apoio de vários políticos, inclusive. Eles estimulam a ocupação, garantindo a regularização dentro das áreas de proteção. Isso não é hoje. É a vida toda dentro de São Mateus. Políticos inescrupulosos que vão lá mobilizam as pessoas, ocupam, desmatam e depois fazem as leis para regularizar essas áreas. A situação é muito maior. Não é moradia, é sem-vergonhice mesmo.

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) - Conselheira Ângela, de Segurança Urbana.



Cons. Ângela Branco - Ângela Branco. Nós vamos fazer uma apresentação de como anda a Operação Integrada Defesa das Águas - OIDA é o nome da operação, e nós podemos trabalhar, trazer esses dados mais atualizados e eu aproveitaria, talvez, para mostrar um pouquinho do Programa de Defesa e Vigilância Ambiental, que é o programa da Secretaria Municipal de Segurança Urbana só para contextualizar o que essa Secretaria tem feito na esfera da defesa e vigilância ambiental e aí nos centramos na apresentação da Operação Integrada Defesa das Águas. Tudo bem?

Ricardo Viegas (Secretário Adjunto) - Ok.

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) - Com a palavra, Patrícia, de SMUL.

Cons. Patrícia Sepe - Patrícia Sepe. Eu também queria fazer uma colocação, um informe e uma solicitação, já que a gente está aqui com a SVMA e a Guarda Civil Metropolitana, na figura da Conselheira Ângela. Aqui na Secretaria Municipal de Urbanismo, acho que todo mundo sabe, nós ganhamos um prêmio da Bloomberg para fazer uma ação lá na região de Parelheiros, trabalhar com a questão da agricultura. Eu gostaria de estar apresentando para esse Conselho, porque, após um ano de negociações, finalmente a gente está recebendo o dinheiro. Segunda-feira agora vamos começar, dois agrônomos já percorrerem, tal, então a gente gostaria de colocar aqui em pauta. Mas, além disso, é aonde está a nossa reflexão para esse Conselho e o nosso pedido. A gente esteve reunido lá na Secretaria do Verde, com o Ravena e junto com o nosso Secretário Adjunto, que é o Marcos, que é o coordenador do projeto, e o Secretário Adjunto e o Chefe de Gabinete da Secretaria do Trabalho, da Secretária Aline Cardoso. A gente tem a área do Parque Natural Nascente do Ribeirão Colônia, que é uma área maravilhosa, é uma área que parte já tem a emissão de posse da Secretaria do Verde para implantar o parque; a GCM já esteve naquele espaço há algum tempo, a CGM saiu. Agora nós estamos fazendo um esforço hercúleo. É óbvio que a área é da Secretaria, mas, enquanto projeto, junto com a Secretaria do Trabalho, Secretaria do Verde, nós estamos tentando viabilizar uma escola de agroecologia ali na região de Parelheiros e o projeto se compromete a dar um apoio. A gente não pode entrar com recursos financeiros para a obra, mas já tem um recurso do FEMA que está congelado, que a gente vai lutar - os três Secretários - para descongelar esses recursos para fazer a reforma, mas tudo isso para dizer o quê: que a área está cada vez mais degradada. A gente recebeu dos moradores, no último mês, a casa que é maravilhosa foi totalmente depenada. A gente precisa de uma base da Guarda Civil Metropolitana. A gente gostaria de conversar muito com você, Ângela, para a gente ver o que a gente poderia fazer no projeto. A gente poderia considerar uma base, tomando a liberdade de colocar uma área de educação ambiental para a Guarda também trabalhar a questão da agricultura. Então, a gente convida também vocês da Guarda Civil para tentar esse esforço. É óbvio que a questão da fiscalização é em toda a área, mas esse é um espaço importantíssimo de educação ambiental que a gente conseguiria amarrar para uma escola de agroecologia, que comportasse tudo: o parque, a sede das APAs, uma basesinha da GCM, porque a gente não tem nem condição... A gente tem dinheiro para por equipamento, mobiliar, mas a gente vai colocar lá, no dia seguinte vai estar furtado. Muito obrigada. Me desculpe, Ravena, mas acho que esse é um espaço da gente colocar isso, é uma força a Guarda Civil é crucial nesse processo.

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) - Tem inscrito a Senhora Cecília Pellegrini, da sociedade civil.

Ricardo Viegas (Secretário Adjunto) - A resposta eu acho que a gente poderia... a gente, tá?



Cons. Cecília Pellegrini - Cecília Pellegrini, Centro-oeste 1, mais propriamente do Morro do Querosene. Eu queria acrescentar, não invalidando absolutamente nada do que foi falado aqui, mas eu queria contar para vocês que lá no Morro do Querosene, na luta pelo Parque da Fonte, a gente também teve uma ocupação irregular na Rua da Fonte e o movimento da comunidade para tentar preservar também é um fator muito importante, sabe, Sueli? Essas comunidades que lhe procuraram... Eu acho que fortalecer os movimentos sociais, eles também colaboram. Por exemplo, a gente lá, depois de muito não saber o que fazer, hoje a gente conseguiu fazer um laguinho na rua. A gente pôs peixinho e depois a gente pôs, aí a gente tem que manter, aí as famílias vão lá para ver os peixinhos, levam as crianças para passear. Isso na rua, porque a gente não conseguiu entrar no parque. Mas o que é que aconteceu? Com essa ocupação da rua... Domingo passado, a gente foi lá e construímos uma horta. Então, com isso, com esse movimento, alguns moradores de rua que já estavam lá, porque a água que escorre pela rua ela é excelente porque ela traz uma condição do morador se banhar, fazer comida e tal, tal, tal. A gente percebe que é uma área que, se a gente não cuidar, a gente não vai ter e para a GCM ficar lá, também não sei. Acho que no caso dela ou talvez seja possível, mas eu só queria relatar, despertar para essa... que também hoje em dia, a gente tem que partir para esse tipo de ação. Não é só contar com a GCM pondo um carrinho lá. Acho que resolve, mas acho que São Paulo é tão grande, as questões são tantas... Só queria relatar isso, que a gente está tendo algum progresso, a gente está conseguindo ocupar aquela rua e a gente percebe que, cada vez mais, as pessoas estão indo para lá, estão contribuindo. A gente está querendo construir uma roda d'água para levar água... O laguinho ficou suspenso. Então, a meninada fica quebrando a cabeça como vai fazer essa roda d'água funcionar. Era só isso. Obrigada.

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) - Um minuto, Sueli.

Cons. Sueli Rodrigues - É bem rápido. Só pedi a palavra porque ela falou meu nome. São Mateus são gigantescas as áreas. Isso que ela está falando nós estamos fazendo em praças em São Mateus. A gente vai, estimula as pessoas, as pessoas adotam para que não ocupem as praças. Agora, área de mata, área de reserva - e quem conhece São Mateus sabe que é quase impossível a sociedade civil tomar a responsabilidade para si. Nós tomamos, sim, das praças. O resto é com o poder público.

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) - Com a palavra, Mônica, da Secretaria Municipal de Saúde.

Cons. Mônica Hosaka - Só uma observação. Muitas vezes, a água parece ser limpa e a maioria das vezes você vê, não é. Essa questão de cozinhar, tomar banho, se a água estiver contaminada, ela vai prejudicar a saúde das pessoas, sim. Só essa observação.

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) - Com a palavra, Senhor Ricardo Viegas (*risos*).

Ricardo Viegas (Secretário Adjunto) - Eu vi a manifestação da Patrícia, da Sueli, estou vendo a sua manifestação também, Dona Cecília. Só fortalece, primeiro: que o tema fiscalização precisa ser prioridade. Ponto. Isso nos ajuda a fortalecer cada vez mais, a gente precisa fortalecer isso. Que nós precisamos criar uma dinâmica e uma sistemática com relação à fiscalização, que é do poder público municipal e aí nós temos aqui, graças a Deus, ótimas ferramentas para fazer isso. A exemplo da Secretaria de Segurança, a Secretaria do Verde - a Secretaria de Segurança tem, nos seus próprios - só para os Senhores terem conhecimento - trezentos homens, trezentos homens, guardas municipais preparados para fazer a ação ambiental. Se você fizer um recorte na Polícia



Militar Ambiental, ele não deve ter trinta. Só no nosso território, a gente tem trezentos homens à disposição. Só que o que falta: nós precisamos criar o sistema, nós precisamos articular essa ação. Primeiro: ligar os pontos. Então, é importante, primeiro, trazer para a gente todas as informações. A sua denúncia é extremamente importante, ela vai ser respondida e nós precisamos atuar. Essa denúncia, a gente já conhece lá da escola também a gente tem conhecimento. Os problemas existem e estão espalhados aí ao redor da cidade, na Zona Oeste, na Zona Norte, na Zona Sul. A gente já sabe. A articulação que a Operação Integrada está fazendo e o esforço, não surgiu assim do nada, foi uma determinação política do Governador e do Prefeito, quando se sentou e se estudou uma estratégia com relação a enfrentamento disso que está acontecendo nas bordas da cidade de São Paulo. Nós já temos a forma. Agora nós precisamos só azeitar a nossa máquina e isso a gente está trabalhando. Por isso as denúncias são importantes. Por favor, continuem denunciando, apresentando. Não vamos desistir disso e nós vamos enfrentando. Quando a Senhora trouxe a questão de São Mateus, eu, pessoalmente, vou querer saber todos os detalhes dessa invasão para lhe responder. Se é terra pública, se não é, o que está sendo feito. Que, aliás, a Operação ela precisa, inclusive, nós precisamos colocar o Poder Judiciário para nos ajudar. A gente tem muito pouca articulação, às vezes, do nosso Executivo com o Poder Judiciário, o Ministério Público, com a Procuradoria Geral do Município, com a Procuradoria Geral do Estado, para nos ajudar a dar força. Porque às vezes você faz uma ação operacional de multa e se você não trazer esse assunto de forma organizada como crime e prendendo essas pessoas, nós vamos ficar aqui enxugando gelo. Então, tem que ter uma ação muito bem articulada. E eu digo isso porque nós já fomos bem-sucedidos - eu falo no Estado - com o exemplo de Cubatão. Todos conhecem o que aconteceu em Cubatão e a gente conseguiu debelar o que aconteceu em Cubatão. As ações no Litoral Norte também. Tudo isso de uma forma muito articulada entre o Município, o Estado. Com essa metodologia, o Município de São Paulo está se preparando, juntamente com o Estado, para enfrentar isso. Quando eu falo o Estado, não é só Polícia Ambiental, é a CETESB, é a SABESP, tanto é que na relação do Decreto estão todos os órgãos participando disso. A questão é só a gente azeitar e cobrar que isso funcione. Eu queria reforçar este tema e ele vai ficar ativo. Então, por favor, tragam os assuntos para cá e a gente poderá responder a vocês de forma pontual e fica aqui a lição de casa para a próxima reunião do CADES apresentar a Operação Integrada como está, OK?

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) - Alguma consideração? Vamos passar para o quarto ponto da ordem do dia, que são as sugestões para a pauta da nossa próxima reunião.

Ricardo Viegas (Secretário Adjunto) - Você deu uma sugestão, né? Anotou a dela? Mas ela precisa ser colocada aqui, não é isso?

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) - Com a palavra, Delson Lapa.

Cons. Delson Lapa - Só voltando. Delson Lapa, Secretaria de Transporte. Só voltando um pouco atrás. Eu também não posso perder essa oportunidade, por isso a importância de uma Gerência de Meio Ambiente forte tanto na Secretaria de Transporte quanto na Secretaria de Obras. Eu tenho uma ligação muito forte com a Secretaria de Obras, do passado, justamente porque essas duas Secretarias representam os maiores empreendedores da Prefeitura de São Paulo. Os nossos processos de licenciamento são enormes e passa por toda a sorte de terreno, de impacto. Só no Programa de Mobilidade Urbana, que nós licenciemos lá, e drenagem urbana foram doze mil famílias para reassentamento. Então, quer dizer, é uma coisa enorme. Nós temos, e muitas vezes santo de casa não faz milagre. As nossas Gerências de Meio Ambiente sofrem lá dentro. Então,



por isso que a gente tem que ficar aqui gritando e é essa a luta. Justamente de ir junto com a Secretaria, fazer forte essas áreas, que eu acho que é um suporte, nós seríamos um suporte para vocês dentro desse universo Prefeitura de São Paulo. Não podia perder essa oportunidade.

Ricardo Viegas (Secretário Adjunto) - Eu não vou perder essa oportunidade também. Você falou de obras, o representante de Obras é o Senhor. Nós tivemos uma reunião recente - uns dez dias atrás - com o Secretário, com o Penido, em que nós criamos também uma Portaria intersecretarial entre a Secretaria de Obras e a Secretaria do Verde para priorizar e discutir as obras que são obras públicas e para que a gente busque soluções, porque a gente fica no conflito. Temos conhecimento técnico, conhecimento técnico que está lá. É juntar isso e fazer da melhor forma possível. Então, é mais uma informação para os Senhores que nós estamos já com essa Portaria estabelecida com a Secretaria de Obras e a Secretaria do Verde.

Cons. Pedro Algodoal - Bom, eu estou quietinho aqui, mas realmente está havendo uma integração maior entre o licenciamento das obras e a equipe técnica de licenciamento da Prefeitura. E uma coisa que a gente está procurando fazer, talvez até em alguma oportunidade, seria fazer uma integração no planejamento. A gente tem uma ação muito grande na drenagem, principalmente, então a drenagem em fundo de vale. A gente trabalha com o Córrego Limpo junto com a SABESP e a gente tem feito um trabalho - a gente chama de caderno de drenagem -, que até a gente já tem seis bacias estudadas, que estão para download. A nossa ideia seria a gente já fazer o nosso programa de obras já previamente acordado com a Secretaria do Verde. Nesse programa tem obras estruturais, que são os piscinões, mas tem parques, tem uma série de coisas. A Secretaria participa desse planejamento. Essas seis, participou. A gente está dando continuidade a esse projeto, isso está no programa de metas da Secretaria. Então, eu acho importante a gente fazer quando já está definido o empreendimento, mas é importante também a gente ter um plano já em comum acordo. Acho que isso é a grande meta da Secretaria agora.

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) - Fez uso da palavra o Senhor Pedro Algodoal, da Secretaria de Serviços e Obras. Com a palavra, Conselheira Célia Marcondes.

Cons. Célia Marcondes - Bem, pela inclusão de pauta, o Viveiro Manequinho Lopes. A cidade de São Paulo vem debatendo esse problema, o Parque do Ibirapuera não é um parque só daquela região, é um parque da cidade de São Paulo, um ícone para São Paulo, e nas redes sociais este é o assunto, é a pauta do dia. Grupos já indo ao Ministério Público, ou seja, guerra, às vezes à toa. Esse assunto deve passar aqui pelo CADES. Então, eu peço que entre na pauta para dizer efetivamente o que vai ser feito, porque é uma questão de tombamento e há a questão ambiental propriamente dita, então, que seja inserido. Uma segunda coisa é se a Secretaria - e isso até a pedido do meu colega Doutor Aldo Strufaldi - que a Secretaria faça uma apresentação geral sobre as metas ambientais do Município de São Paulo, porque a gente desconhece essas metas. Quais são?

Ricardo Viegas (Secretário Adjunto) - Aqui não deu a pauta, mas a Senhora já levantou - eu estava aqui com o Ravena. Tinha três assuntos para a gente apresentar hoje, três; mas aí não dava tempo, a gente priorizou os dois. Mas o assunto com relação à concessão do Parque do Ibirapuera será apresentado aqui no CADES e, com certeza, o assunto do Manequinho Lopes já está respondido algumas questões e a gente poderá debater isso.



Cons. Célia Marcondes - Se quiser mandar antes para os Conselheiros, porque aí a gente já chega aqui com algo mastigado e até para dar uma resposta para as redes sociais, porque o povo está em desespero.

Ricardo Viegas (Secretário Adjunto) – Já que a Senhora tem interesse de se antecipar, o assunto, ele está em consulta pública. Eu não lembro aqui o endereço eletrônico, mas a consulta pública está aberta. Terminou ontem? Mas o projeto está disponível. Qual é o endereço? Só para, se vocês quiserem antecipar, mas nós vamos apresentar...

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) - Nós mandamos para vocês por e-mail.

Ricardo Viegas (Secretário Adjunto) - Mais alguma coisa? Ibirapuera, o que mais? Metas.

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) - E a Conselheira Cecília Pellegrini.

Cons. Cecília Pellegrini - Mais uma questão. Essa questão que a Célia trouxe, do Viveiro, eu acho mesmo fundamental que passe por aqui, que a gente possa expressar qual a posição do CADES com relação a essa questão. Agora, tem uma outra questão que também está - como se fala - está na nossa região e eu acho que na cidade toda. Esse edital, essa mudança nos transportes, ela está muito grave, porque, por um lado, a gente sabe que precisamos aumentar a mobilidade e diminuir os carros das ruas, mas está havendo um corte imenso de linhas lá da nossa região e eu acho... Essa apresentação do Delson, eu achei muito boa, eu realmente apreciei essa questão desse plano, esse sistema, ver a questão sistêmica, mas, Delson, acho que a gente tinha que entrar também nesse assunto. Por que é que estão cortando as linhas dessa maneira, não é, porque vai contra essa questão toda da meta, igual a Patrícia colocou, qual é a meta do nosso trabalho atmosférico aí das partículas de carbono e eu acho que a gente está calado com relação ao ponto principal. Eu acho que o CADES tem que se manifestar com relação a esse assunto. Eu gostaria que fosse incluído na pauta logo da próxima.

Ricardo Viegas (Secretário Adjunto) - Eu acho que a mesa coletou todas essas sugestões de pauta e, com certeza... Mais alguma coisa?

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) - Aqui a mesa não tem mais nada. Já foram coletados todos os pontos de pauta e agora nós vamos passar a palavra para o nosso Presidente Ricardo Viegas.

Ricardo Viegas (Secretário Adjunto) - Eu não ia concluir não, mas é que me ocorreram algumas questões. Primeiro, eu e o Ravena fizemos aqui uma troca rápida. A nossa avaliação com relação ao CADES. Eu venho da escola do CONSEMA. Eu aprendi a conviver com o CONSEMA. O CONSEMA é uma boa escola para gente tratar dos assuntos e o Conselho, se a gente conseguir ter mais ou menos essa dinâmica, vai ajudar muito a ação da Secretaria. Primeiro. O Devair começou conosco, ele está conduzindo aqui a Secretaria Executiva, está instruído a começar a ouvir cada Conselheiro, trocar. Porque o que a gente quer é que o Conselho sugira algumas questões, modelos, por exemplo, de temas, Câmaras, para que a gente tenha uma dinâmica de coleta. Isso aqui, além das atribuições que passam por ela, mas aqui seja um bom espaço para que a gente colete as coisas que estão acontecendo. Eu queria que os Senhores ajudassem o Devair nessas instruções. Ele, a primeira lição de casa dele foi lá falar com Germano no CONSEMA. Como é que funciona o CONSEMA? Aí o Germano já deu as dicas, as Câmaras e tal, e eu acho que a gente precisa começar a fazer isso aqui. Construir Câmara, Câmara de licença, de fiscalização, de biodiversidade, para que a gente tenha temas e tenha alguns encaminhamentos



produtivos, que a gente consiga tirar, de fato, algumas questões positivas e que dê encaminhamentos, de fato. Eu queria aqui reforçar a importância do CADES. Nós estaremos colocando o CADES com uma posição estratégica para a nossa gestão. O nosso compromisso é, de fato, ouvir, participar, dizer sim, não, na hora certa, naturalmente. Mas eu acho que esse Conselho e os Senhores, como Conselheiros, têm muita informação para nos ajudar a conduzir e opinar nas questões ambientais na gestão da Prefeitura. E é isso. Eu queria que vocês - acho que o Devair já deve ter procurado umas duas pessoas ou três - e a ideia é exatamente essa. Sugiram, para que a gente, se for o caso, crie situações novas, enfim. Então era isso. Encerrada a reunião de hoje, agradeço a todos pela presença.

LUIZ RICARDO VIEGAS DE CARVALHO

Secretário Adjunto da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente e
Presidente do Conselho Municipal do Meio Ambiente e
Desenvolvimento Sustentável – CADES

Conselheiros presentes:

ALBERTO TIAGO CARVALHO VERONA
ALESSANDRO AZZONI
ANGELA MARIA BRANCO
CAREN VANESSA DINIZ
CLARA PRATA SILVA
CÉLIA MARCONDES
BRUNA GADELHA SUYAMA
DELSON SILVA LAPA
FABIO DE ALENCAR IORIO
HELOIZA SENSULINI SOLER OLIVARES
MONICA MASUMI HOSAKA

MARCOS MOLITERNO
MARIA CECÍLIA PELLEGRINI GÓES
MEIRE FONSECA DE ABREU
PATRICIA MARRA SEPE
PAULA F. M. CRUZ DE MORAES
PEDRO LUIZ DE CASTRO ALGODOAL
SUELI RODRIGUES
THAIS MARIA LEONEL DO CARMO
VIVIAN M. DE AZEVEDO MARQUES
VIVIAN PRADO FERNANDES

Conselheiros Suplentes presentes:

ISABEL CRISTINA RODRIGUES / JOÃO CARLOS MARQUES G. VILHENA .

Conselheira com Justificativa de Ausência:

EDUARDO STOROPOLI / JOSÉ EDILSON MARQUES DIAS

Coordenador Geral: Devair Paulo de Andrade

Secretária Executiva: Rute Cremonini de Melo